

De todo STF, só 10 CPFs 'ainda' ficam fora até hoje do programa de integridade criado na presidência de Fux

MAGNAVITA - PÁGINA 15

Prefeitura vai republicar edital do transporte em outubro

Previsão é realizar novo leilão em dezembro, após ajustes exigidos pelo TCE-SP

PÁGINA 6

AZUL CELEBRA 10 ANOS EM PORTUGAL COM 2,3 MILHÕES DE CLIENTES ENTRE CAMPINAS-LISBOA

O Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, consolidou-se na última década como a principal ponte da Azul Linhas Aéreas para a Europa. Ao completar dez anos de operações no continente europeu, a companhia destaca o protagonismo absoluto da cidade paulista nessa trajetória de sucesso. Somente na rota direta que liga Campinas à capital portuguesa, Lisboa, a empresa já foi responsável pelo transporte de mais de 2,3 milhões de passageiros, operando um volume expressivo que ultrapassa a marca de 9,5 mil voos realizados ao longo desses dez anos.



AZUL LINHAS AÉREAS/DIVULGAÇÃO

PÁGINA 6 Aeroporto de Viracopos: principal ponte da Azul Linhas Aéreas para a Europa

Encontro de emprego terá vagas para o Mercado Livre

Parceria entre Hortolândia e a empresa acontecerá no dia 28/9. Para concorrer às vagas é preciso fazer pré-cadastro.

PÁGINA 7

Cesta básica do Sudeste cai, mas de Campinas sobe

Alta é impulsionada por tomate, banana e leite; cesta bate R\$ 832,99, ou seja, 51,39% do salário mínimo do país

PÁGINA 5



Ministério e o Plano Municipal de Educação

Reunião da comissão especial de estudos na Câmara contará com a diretora do Ministério da Educação, Selma Rocha

PÁGINA 5

Em Campinas, o **Museu de Arte Africana** transforma uma coleção particular em **espaço de conhecimento e diálogo**. Criado pelo pesquisador **Carlos Kíss**, o museu reúne peças de **diferentes povos e civilizações do continente** e busca romper com a ideia de uma África única. **Com exposições renovadas** e visitas de escolas, professores e pesquisadores, **o acervo revela, por meio da arte, a diversidade de histórias, culturas e modos de vida africanos**. Página 16

Rivalidade de Prado e Salles vai parar no Supremo

André acionou a Justiça após Salles publicar um vídeo em que o apresentador do programa "Pavinatto 19h30" o chama de "lixo; pede a retirada das publicações e indenização

PÁGINA 3

TSE barra Lucas Bove de usar imagem de Bolsonaro

Associação poderia transmitir apoio político-eleitoral e contrariar ordem do STF que proíbe manifestações eleitorais do ex-presidente, inclusive por terceiros

PÁGINA 3

CPqD: 40 vagas de estágio com bolsa a R\$ 2,1 mil

Para concorrer, estudante deve ter matrícula no penúltimo ou último ano de curso superior de gestão ou tecnologia

PÁGINA 5

TALES FARIA

LULA ESTÁ IRRITADO COM EDSON FACHIN

PÁGINA 2

FERNANDO MOLICA

VAI NA FÉ: FLÁVIO BOLSONARO ELEGE MENDONÇA

PÁGINA 2

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Lula está irritado com Edson Fachin

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem reclamado com assessores e integrantes da cúpula do PT do desempenho do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, à frente da Corte.

Lula gosta de Fachin e o considera, ideologicamente, como um aliado. Mas avalia que o presidente do Supremo tem favorecido o candidato do PL, Flávio Bolsonaro, na disputa eleitoral pelo comando do Palácio do Planalto.

O presidente da República se sentiu especialmente prejudicado com o anúncio feito pelo presidente do STF de adiamento da discussão sobre André Mendonça que estava prevista para a próxima quarta-feira, 23.

Relator do caso Master, André Mendonça foi acusado pelos ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes de estar por trás, com objetivos eleitorais, de vazamentos seletivos do processo.

No despacho desta quinta-feira, 17, Fachin usou como argumento uma questão de ordem apresentada pelo ministro Gilmar Mendes na sessão do dia 15, quando o ministro pediu que o caso contra Alexandre de Moraes – suspeito de ligações com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro – fosse adiado e julgado junto com a petição envolvendo as acusações contra André Mendonça, já pautadas para o dia 23.

O presidente do STF havia decidido que os dois casos deveriam ser discutidos separadamente. Mas agora, depois de uma sessão inteira sobre Moraes, Fachin concluiu que a questão precisa ser resolvida pelo plenário antes de o Supremo avançar sobre o procedimento relacionado a Mendonça. Ele escreveu:

FERNANDO MOLICA

Jornalista e Escritor

Vai na fé: Flávio elege Mendonça

A lógica religiosa justifica a insistência da campanha presidencial do PL de tentar substituir simbolicamente os dois principais candidatos ao Planalto, operação que procura trocar Flávio Bolsonaro por André Mendonça e Lula por Alexandre de Moraes. Se, como diz o candidato do PL, votar em Lula é votar em Moraes; votar em Flávio seria votar em Mendonça.

O uso da imagem do ministro do Supremo Tribunal Federal indicado por Jair Bolsonaro por ser “terrivelmente evangélico” carimba na disputa a lógica do bem contra o mal característica do bolsonarismo.

Mendonça se qualificou para o papel ao exigir da Polícia Federal, a pouco mais de um mês da eleição, apanhado sobre uma única investigação relacionada ao Mater — aquela que, como sabia, chegaria a Moraes. De posse do resultado, tratou de espalhar a boa nova e cobrar uma providência da presidência do STF.

Para reforçar o caráter religioso de seu ato, gravou, poucos dias depois da divulgação do material, vídeo dirigido aos “irmãos e de irmãs” de fé — ele é pastor presbiteriano. Seu depoimento reforçou a ideia de perseguição muito presente entre os seguidores de Martinho Lutero, que por séculos foram vítimas do Vaticano.

A sessão da última terça do STF serve de pretexto para uma guerra santa, com o franzi- no Mendonça atuando como um David diante

“Considerando a direta relação dos pontos contidos na questão de ordem referida acima com a apreciação destes autos, abarcando questionamento sobre a regularidade da própria relatoria, a inclusão em pauta será oportunamente redesignada.”

Para piorar, ele nem marcou data para a próxima reunião. Isso significa que continuará no noticiário a crise no STF, com a briga entre os grupos de Mendonça e Moraes.

Lula é visto como aliado de Moraes e tem perdido pontos nas pesquisas eleitorais desde que a briga começou. A sessão do dia 23, que trataria especificamente acusações contra André Mendonça, era esperada pelo governo e pelo comando petista como uma oportunidade para equilibrar o jogo.

Agora, além de tirar essa oportunidade dos petistas, Fachin ainda arrumou um jeito de adiar indefinidamente a discussão em torno dos ministros considerados aliados dos bolsonaristas, como Fux e Kássio Nunes Marques.

Na sessão de terça-feira, em pleno auge da brigalhada entre os ministros, foi a vez de Flávio Dino, reclamar abertamente da condução que Fachin estava dando ao assunto nas proximidades da eleição. Ele disse:

“[Estamos] Há 15 dias de uma eleição e o tribunal se expõe – veja, sem ponto final – porque Vossa Excelência, acho que ainda não se deu conta disso, está condenado a marcar dezenas de sessões iguais a esta” Fachin quis saber o porquê desta afirmação e Dino respondeu:

“As mensagens do ministro Fux, as mensagens relativas ao ministro André... Nós vamos para onde? Eu imaginava que Vossa Excelência tinha pensado nisso. Nós vamos ficar semanas debatendo isso.”

Vamos ficar mesmo, para desespero do governo.

do gigante Golias/Moraes assessorado por Gilmar Mendes e Flávio Dino. Os ataques ao ministro-pastor foram repercutidos e amplificados por redes evangélicas, solidárias ao irmão.

Um levantamento da agência de checagem Aos Fatos mostrou que perfis que promovem políticos de direita como Flávio Bolsonaro e o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) começaram a agir de forma articulada para impulsionar páginas que exaltam Mendonça.

O trabalho verificou na rede social Meta 24 perfis focados no ministro que passaram a ser promovidos por publicações de extrema-direita, prática definida como astroturfing, que simula apoio espontâneo. Segundo o Aos fatos, entre 1º e 9 de setembro, 156 publicações analisadas “equiparam a atuação do ministro a uma jornada do herói evangélica” e somaram 228 milhões de visualizações.

O viés religioso afasta o eleitor do cálice amargo da política, de rachadinhas, da compra de imóveis com dinheiro vivo, de decoração a assassino, do pedido de dinheiro a Daniel Vorcaro. No lugar dos pecados políticos entra em perspectiva a lógica da salvação, dos perdão dos pecados intermediado por um pastor que enfrenta o dragão da maldade que prendeu o mártir Jair Messias.

De protagonista improvisado, levado ao palco pela condenação do pai, Flávio vira, na prática, um coadjuvante da própria campanha, alguém que aceitou a missão em nome de uma causa maior — como diz a Bíblia, ninguém vai ao Pai senão pelo Filho. Mendonça está ali, do seu lado direito, para afiançar seus gestos.

EDITORIAL

Os efeitos positivos de se prevenir ao El Niño no verão

A preparação para eventos climáticos extremos deixou de ser uma opção para se transformar em uma necessidade. Diante da possibilidade de que os efeitos do El Niño se intensifiquem no Brasil nos próximos meses, especialmente durante o verão, órgãos públicos e empresas precisam antecipar cenários, revisar protocolos e colocar em prática ações de contingenciamento. Esperar a tragédia acontecer para então agir é uma estratégia que custa vidas, recursos e tempo.

O verão brasileiro já é marcado por chuvas intensas, temporais, vendavais, alagamentos e deslizamentos. Em um cenário de alterações no padrão climático, esses fenômenos podem ganhar ainda mais força ou ocorrer de maneira diferente do habitual, ampliando os riscos para cidades, estradas, redes de energia, sistemas de abastecimento, hospitais, escolas e atividades econômicas. O planejamento, portanto, precisa começar antes que os primeiros sinais de emergência apareçam.

Para o poder público, isso significa fortalecer a Defesa Civil, atualizar mapas de áreas de risco, limpar e manter sistemas de drenagem, monitorar encostas e rios, ampliar sistemas de alerta e estabelecer rotas e estruturas para eventuais evacuações. Também é fundamental que municípios, estados e União atuem de maneira integrada, compartilhando informações e definindo previamente responsabilidades. Em situações extremas, minutos podem fazer diferença.

As empresas também têm papel importante nesse processo. Planos de continuidade dos negócios, protocolos para proteger funcionários, estoques e equipamentos, alternativas logísticas e sistemas de comunicação para situações de emergência podem reduzir significativamente os prejuízos. Uma interrupção provocada por um temporal não afeta apenas a empresa: pode comprometer cadeias de abastecimento e serviços essenciais para toda a população.

Mais do que reagir aos desastres, é preciso aprender a administrá-los antes que aconteçam. Isso exige investimento, tecnologia, treinamento e, sobretudo, uma mudança de cultura. Prevenção não pode ser vista como gasto, mas como proteção do patrimônio público, privado e à vida.

O El Niño é um fenômeno natural e seus efeitos não podem ser tratados como acontecimentos totalmente previsíveis. Justamente por isso, o planejamento deve trabalhar com diferentes cenários e graus de risco. Quanto maior a incerteza, maior deve ser a capacidade de resposta.

O próximo verão não precisa ser sinônimo de calamidade. Mas, para que episódios extremos não se transformem em tragédias anunciadas, a preparação precisa começar agora. Em matéria de clima, prevenir não significa prever exatamente o que acontecerá. Significa estar pronto para aquilo que pode acontecer.

OPINIÃO DO LEITOR

Mais uma vitória!

Kimi Antonelli vence em Madrid e reforça liderança do Mundial de F-1. Antonelli teve sorte de campeão, é verdade, mas faz uma temporada 2026 mágica e merece se tornar o mais jovem campeão da história da Fórmula 1. Que corrida! Que vitória!

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057	BRASÍLIA ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20	SÃO PAULO Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510
---	--	--

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal



André do Prado e Salles disputam votos no mesmo campo político

Rivalidade entre André do Prado e Ricardo Salles vai parar no STJ

O TRE-SP declarou que não cabe à Justiça Eleitoral julgar a ação movida por André do Prado (PL) contra Ricardo Salles (Novo), ambos candidatos ao Senado por São Paulo. André acionou a Justiça após Salles publicar, em agosto, um vídeo em que o apresentador do programa “Pavinatto 19h30” o chama de “lixo”. O deputado também acrescentou a legenda “Centrão = [emoji de descarte]”. André pede a retirada das publicações e indenização de R\$ 10 mil por danos morais. A juíza Domitila Manssur entendeu que, apesar do contexto eleitoral, a ação tem natureza civil, pois o pedido principal é de reparação por dano moral. Como a Justiça comum de Guararema já havia declarado não ter competência e enviado o processo ao TRE-SP, foi aberto conflito negativo de competência. O caso será remetido ao STJ, que decidirá qual ramo da Justiça deverá analisar a ação. O mérito e o pedido de retirada das publicações ainda não foram julgados.

TSE barra Bove de usar imagem de Bolsonaro

O TSE determinou que o candidato a deputado estadual Lucas Bove (PL) deixe de veicular santinhos e wind banners com a imagem de Jair Bolsonaro. A ministra Estela Aranha suspendeu decisão do TRE-SP que havia permitido o material. Para a relatora, há indícios de que a associação da foto de Bolsonaro ao nome e número do candidato possa transmitir apoio político-eleitoral e contrariar ordem do STF que proíbe manifestações eleitorais do ex-presidente, inclusive por terceiros. A medida é liminar.

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



Candidato utilizou imagem de Bolsonaro em materiais de campanha

Eleições: 17% renunciaram ou foram indeferidos

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) já julgou 2.610 dos 2.628 pedidos de registro de candidatura apresentados para as Eleições 2026, o equivalente a 99,3% do total. Até agora, 2.162 requerimentos foram deferidos, ou 82,2%. Outros 17% correspondem a renúncias, indeferimentos, pedidos com recurso ou não conhecidos. Apenas 0,7% dos processos ainda aguardam julgamento. Segundo o TRE-SP, o resultado representa o melhor desempenho da Corte na análise dos registros desde 2016.

TRE manda Derrite remover trechos de propaganda

A Justiça Eleitoral determinou a suspensão da versão atual de propaganda de Guilherme Derrite(PP) ao Senado por utilizar imagens institucionais da Polícia Militar e da estrutura de segurança pública de SP. O vídeo poderá voltar ao ar após a retirada das cenas. A Justiça não suspendeu, nesta fase, as falas sobre a lei que restringiu a “saidinha” de presos nem a crítica aos governos do PT.

Tarcísio sobre Milton Leite

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou que sua relação com o ex-vereador Milton Leite (União Brasil) “sempre foi institucional”. Leite é alvo da Operação Vectura Corrupta, que investiga suspeitas de infiltração do PCC no transporte coletivo paulistano. Tarcísio disse que as apurações devem considerar os fatos, sem analisar vínculos políticos.

Lula em Guarulhos

O presidente Lula(PT), candidato à reeleição, participa na sexta-feira (18), em Guarulhos, do ato de campanha “Brasil Pronto pra Mais”. O evento será às 19h, na Rua Dom Pedro II, no Centro. Também participam o candidato a vice, Geraldo Alckmin (PSB), o candidato a governador, Fernando Haddad (PT), e as candidatas ao Senado, Marina Silva (Rede) e Simone Tebet (PSB).

Bilhetes magnéticos

Passageiros do Metrô de São Paulo têm até 31 de outubro para usar os bilhetes magnéticos, utilizados desde 1974. A partir de 1º de novembro, os tíquetes deixam de ser aceitos nas linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata. Bilhetes não utilizados poderão ser trocados por passagens em QR Code até janeiro de 2027.

Bibliotecas públicas

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) orientou os municípios a fortalecer bibliotecas públicas e ampliar o acesso a programas federais. A Corte recomenda manter atualizado o cadastro na plataforma BiblioBr; do Ministério da Cultura, que permite acesso a editais, capacitações, assistência técnica e outras iniciativas para o setor.

Presidente do Água Santa

O presidente do Água Santa, Paulo Korek Farias, é alvo de mandado de prisão em uma operação contra o PCC realizada nesta quinta-feira (17), em São Paulo. O clube de Diadema foi vice-campeão paulista em 2023. A investigação apura a atuação de integrantes da facção criminosa e de pessoas suspeitas de ligação com o grupo.

Ensino Médio-Técnico

O Centro Paula Souza abriu 5.104 vagas para o AMS, programa que permite ao aluno cursar ensino médio e técnico na Etec e seguir para uma graduação tecnológica na Fatec, em um percurso de cinco anos. As inscrições para ingresso em 2027 vão até 3 de novembro, pelo Vestibulinho das Etecs. A prova será aplicada em 6 de dezembro.



Multas foram publicadas no Diário oficial; Sabesp vai recorrer das penalidades

Arsesp aplica R\$ 29,9 milhões em multas à Sabesp por falhas

Penalidades envolvem serviços na capital e em Ferraz de Vasconcelos

Da **Redação**

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp) aplicou R\$ 29,9 milhões em multas à Sabesp por falhas operacionais e descumprimento de metas de saneamento. As penalidades envolvem serviços na capital paulista e em Ferraz de Vasconcelos, na Região Metropolitana de São Paulo. As decisões são de primeira instância administrativa e ainda podem ser contestadas pela companhia.

A maior multa, de R\$ 22,9 milhões, está relacionada a problemas encontrados em nove estações elevatórias de esgoto da cidade de São Paulo. A fiscalização foi realizada pela Arsesp em janeiro de 2025 e resultou no reconhecimento de nove infrações relacionadas às condições de operação das unidades.

Em quatro irregularidades, a agência reguladora aplicou agravante de 30% por considerar que houve danos irreversíveis. A Sabesp apresentou defesa no processo administrativo, mas os argumentos foram analisados e as penalidades mantidas pela Arsesp.

A segunda multa, de R\$ 6,9 milhões, envolve o município de Ferraz de Vasconcelos. Nesse processo, a agência considerou procedentes cin-

co infrações relacionadas ao descumprimento de metas contratuais de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. A apuração considera metas referentes a 2018, enquanto as não conformidades foram registradas em fiscalização realizada em 2020.

Somadas, as duas penalidades chegam a R\$ 29.915.304,81. A aplicação das multas ocorre por meio de processos administrativos conduzidos pela Arsesp, autarquia responsável por regular e fiscalizar os serviços de saneamento submetidos à regulação estadual.

As decisões foram divulgadas após a análise das defesas apresentadas pela concessionária. A Sabesp, no entanto, ainda pode recorrer ao Conselho Diretor da agência. Segundo os despachos, os valores das penalidades deverão ser destinados ao Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento no Estado(Fausp), com prazo de 30 dias para recolhimento.

OUTRO LADO

Em nota, a Sabesp informou que “analisa as decisões para definir as medidas administrativas que serão adotadas e que as autuações são resultado de fiscalizações iniciadas antes e depois da desestatização da companhia, concluída em 2024”.



Segundo decisão judicial, o ex-vereador seria o dono da Transwólf

Operação mira Milton Leite e empresas de ônibus da capital

O ex-vereador e ex-presidente da Câmara de São Paulo Milton Leite (União Brasil) foi alvo de prisão temporária nesta quinta-feira (17), durante operação do Ministério Público e da Polícia Civil. A investigação já apura a infiltração do PCC em empresas do transporte coletivo da capital paulista. Leite não foi localizado nos endereços procurados pelos agentes. Segundo a decisão judicial, ele seria o proprietário de fato da empresa Transwólf, companhia de ônibus suspeita de lavagem de dinheiro para a facção na cidade de São Paulo. O ex-parlamentar nega as acusações e afirma que vai se apresentar à polícia. A ação, batizada de Vectura Corrupta, é um desdobramento de apurações iniciadas em 2024 e investiga financiamento ilegal de campanhas, corrupção de agentes públicos e controle de viagens por integrantes ou representantes do grupo criminoso na capital paulista.

Dívida dos 50 maiores devedores é de R\$ 56 bi

A Prefeitura de São Paulo atualizou a lista dos 50 maiores devedores inscritos na dívida ativa municipal. Juntos, eles acumulam R\$ 56,4 bilhões em débitos tributários e não tributários. Os cinco primeiros concentram cerca de R\$ 32 bilhões, equivalentes a 58,5% do total reunido no levantamento. A relação foi divulgada em atendimento a uma determinação da Câmara Municipal. Segundo a administração, os valores podem sofrer mudanças por pagamentos, parcelamentos ou decisões judiciais posteriormente.



Cinco primeiras empresas concentram cerca de R\$ 32 bilhões

Metas fiscais da Prefeitura entram em debate

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de São Paulo realizará, em 25 de setembro, audiência pública sobre as metas fiscais da Prefeitura no segundo quadrimestre de 2026, entre maio e agosto. Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda apresentarão os resultados às 10h30. A prestação de contas é prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal do município. A população poderá acompanhar o debate presencialmente ou pela internet e enviar sugestões por formulário digital online, até 19h de 24 de setembro.

Comissão de Finanças e os 31 projetos

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de São Paulo realizará, no dia 23 de setembro, às 11h, audiência pública sobre 31 projetos de lei. A pauta inclui propostas nas áreas de saúde, educação, assistência social, arborização, proteção animal e serviços de entrega. A participação poderá ser presencial ou virtual, com inscrição pela internet até as 19h do dia 22 de setembro, no site da Câmara.

Conselhos têm falhas

A Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude da Câmara de SP discutiu, nesta quinta-feira (17), as condições dos Conselhos Tutelares da capital. A cidade mantém 52 unidades e 260 conselheiros, responsáveis por atender crianças e adolescentes em situações de violência, negligência ou vulnerabilidade.

Estrutura vira pauta

Durante a reunião, o coordenador da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares, Rodolfo Buzzone, apontou falta de infraestrutura básica e dificuldades de articulação com órgãos de segurança e assistência social. Também citou demandas ligadas à educação e à saúde mental de crianças e adolescentes entre os principais desafios atuais.

Grupo busca soluções

A presidente da comissão, vereadora Ana Carolina Oliveira (Pode), informou que pretende criar um grupo de trabalho em parceria com representantes dos Conselhos Tutelares. A proposta é discutir políticas públicas e organizar o fluxo de atendimento entre os órgãos envolvidos na proteção de crianças e adolescentes no município de SP.

Hino com sinalização

A Câmara de SP prepara uma versão do Hino Nacional brasileiro com interpretação em Libras para uso nas transmissões da Rede Câmara SP. O material integra um novo projeto de acessibilidade do Legislativo paulistano e será exibido nos canais da instituição, ampliando o acesso de pessoas surdas ao conteúdo nas exibições feitas pela Casa.

Rede amplia inclusão

A produção está sob responsabilidade do Grupo de Trabalho de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência. Servidores do Legislativo participam da elaboração do conteúdo. A proposta busca incorporar a Língua Brasileira de Sinais à execução do hino veiculada pela rede institucional e tornar a comunicação pública mais acessível.

Monark condenado

A Justiça paulista condenou Bruno Aiub, conhecido como Monark, a pagar R\$ 100 mil por dano moral coletivo. A ação foi motivada pela defesa da criação de um partido nazista, feita em 2022 durante o podcast Flow. O valor será destinado ao Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos. Para esta decisão, ainda cabe recurso à justiça.



Urna eletrônica brasileira durante testes da Justiça Eleitoral

Mulheres lideram perfil do eleitorado de São Paulo

Dados do TSE mostram mais de 9 milhões de eleitores na capital paulista em 2026

Da **Redação**

Mais de 9 milhões de eleitores estão aptos a votar na cidade de São Paulo nas eleições de 2026, segundo dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O levantamento mostra que as mulheres formam a maioria do eleitorado paulistano, com participação próxima de 55% no total de pessoas habilitadas a comparecer às urnas.

A faixa etária com maior número de eleitores reúne pessoas de 35 a 54 anos. Esse grupo soma cerca de 3,5 milhões de cidadãos e representa uma parcela expressiva do contingente eleitoral da capital. Os dados permitem identificar como os eleitores estão distribuídos por idade, gênero, escolaridade, estado civil e cor ou raça.

Em relação ao nível de instrução, aproximadamente 30% dos eleitores de SP informaram ter concluído o ensino médio. Trata-se da categoria de escolaridade com maior presença no cadastro eleitoral do município. O perfil é formado a partir das informações registradas pelos próprios cidadãos na Justiça Eleitoral e consolidadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

O estado civil também aparece entre os critérios analisados. De acordo com os dados, os solteiros constituem

a maior parcela do eleitorado da capital. As informações não indicam intenção de voto nem preferência por candidatos, partidos ou propostas. Elas apresentam apenas características cadastrais da população habilitada a participar da eleição.

O levantamento inclui a distribuição dos eleitores segundo a declaração de cor ou raça. Esse recorte, assim como os demais, ajuda a dimensionar a diversidade do colégio eleitoral paulistano. As categorias são apresentadas de forma agregada, sem a identificação individual dos inscritos.

Os números correspondem ao eleitorado considerado apto para as eleições gerais de 2026. Nesse pleito, os paulistanos poderão escolher presidente da República, governador, dois senadores, deputado federal e deputado estadual. A condição de eleitor apto indica que a inscrição estava regular dentro do prazo da Justiça Eleitoral.

As estatísticas podem mudar em relação a levantamentos anteriores, em razão de novos alistamentos, transferências de domicílio eleitoral, regularizações, cancelamentos e atualizações cadastrais. Por isso, eventuais comparações entre eleições devem considerar a data de fechamento de cada base.



Diretora do Ministério da Educação, Selma Rocha, confirmou presença

Ministério da Educação participa de reunião inaugural do Plano Municipal

A reunião inaugural da Comissão Especial de Estudos responsável por avaliar a construção do Plano Municipal de Educação 2027-2037 será nesta sexta-feira (18) às 16h30 com a presença da diretora do Ministério da Educação, Selma Rocha. No encontro, será escolhido o relator e haverá a apresentação do programa de trabalho. A presidência cabe ao vereador Wagner Romão (PT-SP), autor da proposta. Além de Rocha, estão confirmadas as presenças de Patricia Adolf Lutz, secretária municipal de Educação, e Solange Pozzuto, presidente do Fórum Municipal e do Conselho Municipal de Educação. A comissão é composta pelos vereadores Paulo Haddad (PSD), Dr. Yanko (PP), Roberto Alves (Republicanos) e Bene Lima (PL). O Plano Municipal de Educação definirá metas e prioridades educacionais para a próxima década em Campinas. Atende à lei federal que exige a adequação ao plano nacional até 15 meses.

Prazo

A Comissão Especial terá 180 dias para apresentar contribuições ao projeto. Realizará estudos, debates e audiências públicas abordando financiamento, infraestrutura escolar, valorização profissional, inclusão, permanência dos estudantes e qualidade do ensino. O objetivo consiste na aproximação entre a Câmara, o Poder Executivo, profissionais da educação, conselhos, estudantes, famílias e organizações da sociedade civil.

ÁLVARO JR./ CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS



Vereador Wagner Romão (PT), presidente da comissão

Análise de dados

A estrutura criará espaço institucional permanente para escuta e discussão sobre os rumos da educação local. Com a participação de toda a comunidade escolar, analisará os indicadores educacionais e a infraestrutura do município. Para Romão, o momento exige diagnóstico com dados para identificar problemas e estabelecer ações locais. Por isso, a comissão pretende consolidar diagnósticos precisos sobre as carências das escolas e formular propostas concretas para o texto final da lei.

Debate

“Esse é o momento de planejar, de consultar toda a comunidade escolar, todos os especialistas, e fazer um diagnóstico de como está a educação aqui no município de Campinas. Vamos trabalhar com dados identificar os problemas e estabelecer metas e objetivos para as nossas ações aqui no município”, afirma Romão. Todo o debate a respeito do plano tem que ser feito ainda em 2026.

PINGA-FOGO

Estágio CPqD

O CPqD abriu processo seletivo para o programa de estágio, com 40 vagas para estudantes dos dois últimos anos de graduação. As oportunidades contemplam cursos de tecnologia, engenharia, telecomunicações, administração, economia, marketing e áreas correlatas. As inscrições seguem abertas até 20 de novembro pelo site do centro de pesquisa.

Bolsa de R\$ 2,1 mil

As vagas são relacionadas a aprendizado de máquina, inteligência artificial, cibersegurança, certificações, blockchain, desenvolvimento de software e gestão. A carga horária mínima é de 20 horas semanais no modelo híbrido, com presença na sede em Campinas. A bolsa-auxílio é de R\$ 2,1 mil e inclui benefícios.

Benefícios

Dispõe de transporte fretado, plano de saúde, vale-refeição, seguro de vida, WellHub, folga no aniversário e convênios. O processo de seleção inclui uma etapa de Hackathon. Nesta fase, os candidatos pré-selecionados resolvem problemas reais de empresas utilizando inteligência artificial, inovação aberta e metodologias ágeis.

Hackathon

Essa dinâmica serve para mensurar a capacidade analítica, a colaboração e a visão prática dos estudantes. Aqueles que superarem o Hackathon passam para entrevistas individuais com os gestores das respectivas frentes. O programa de estágio combina o trabalho prático com o treino de habilidades profissionais e comportamentais.

Integração

Os estudantes selecionados passam por uma integração inicial e têm acesso a oficinas de comunicação e plataformas de capacitação. As atividades ocorrem em projetos de inteligência artificial, conectividade e segurança digital. A rotação pelas áreas permite ao estagiário compreender o funcionamento do mercado.

Tecnologia na região

A convivência com projetos corporativos visa preparar o estudante para as exigências do trabalho e ampliar o conhecimento técnico. O aprendizado gerado busca também fortalecer o setor de tecnologia na região. Para concorrer, o estudante deve ter matrícula ativa no penúltimo ou último ano do curso superior.



Banana apresentou alta de 9,19% e foi um dos três itens que mais subiram

Cesta básica campineira sobe e contrasta com as do Sudeste

Alta é impulsionada por tomate, banana e leite, valor chega a R\$ 832,99

Por **Raquel Valli**

O valor da cesta básica de Campinas subiu 2,87% em agosto e atingiu R\$ 832,99, contrariando a tendência de queda registrada nas capitais do Sudeste e no cenário nacional. O levantamento do Observatório PUC-Campinas, conduzido pelo professor Pedro de Miranda Costa, aponta que o movimento foi impulsionado principalmente pelas altas do tomate, da banana e do leite. Com o resultado, o custo dos alimentos essenciais passou a comprometer 51,39% do salário-mínimo vigente no país, que é de R\$ 1.621. O aumento dos preços em Campinas desviou do comportamento observado no restante da Região Sudeste, onde todas as capitais apresentaram recuo: São Paulo (-1,58%), Rio de Janeiro (-0,49%), Vitória (-0,67%) e Belo Horizonte (-0,74%).

Em âmbito nacional, a queda prevaleceu em 25 das 28 capitais pesquisadas, com apenas três localidades registrando elevação nos custos.

PRODUTOS MAIS CAROS

Entre os itens que mais pressionaram o orçamento do consumidor campineiro, o tomate liderou as altas com avanço de 10,19%, em movi-

mento de recuperação após a forte queda registrada em julho. A banana apresentou alta de 9,19%, o leite subiu 8,65% e a farinha de trigo encareceu 6,55%. Em contrapartida, a batata manteve a trajetória descendente pelo segundo mês consecutivo e recuou 9,06%, enquanto o feijão e o arroz registraram reduções mais modestas, de 2,01% e 0,54%, respectivamente.

No acumulado do ano, até agosto, as maiores altas na cesta de Campinas pertencem ao leite, com avanço de 40,23%, e ao feijão, que acumula alta de 37,03%.

A batata, que havia liderado os aumentos no primeiro semestre, teve seu acumulado reduzido para 18,57% em razão das quedas recentes.

Já o açúcar (-14,38%) e a banana (-10,66%) figuram como as principais quedas.

SUDESTE

No comparativo do acumulado do ano até agosto entre as cidades da Região, a variação de 6,41% em Campinas posiciona o município abaixo de Vitória (8,63%), Rio de Janeiro (7,47%) e São Paulo (6,46%), mas acima de Belo Horizonte (5,02%). Nos últimos 12 meses, a inflação acumulada da cesta básica campineira é de 5,42%.

Azul celebra 10 anos em Portugal com 2,3 milhões de clientes entre Campinas-Lisboa

Hoje, a Azul mantém a robusta ligação entre Campinas e Lisboa com uma frequência de 102 voos mensais

Da Redação

O Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, consolidou-se na última década como a principal ponte da Azul Linhas Aéreas para a Europa. Ao completar dez anos de operações no continente europeu, a companhia destaca o protagonismo absoluto da cidade paulista nessa trajetória de sucesso. Somente na rota direta que liga Campinas à capital portuguesa, Lisboa, a empresa já foi responsável pelo transporte de mais de 2,3 milhões de passageiros, operando um volume expressivo que ultrapassa a marca de 9,5 mil voos realizados ao longo desses dez anos.

A força e a importância dessa operação campineira refletem-se de maneira clara nos números atuais da malha aérea. Hoje, a Azul mantém a robusta ligação entre Campinas (SP) e Lisboa com uma frequência de 102 voos mensais, o que representa uma oferta superior a 29 mil assentos, considerando os trajetos de ida e volta. O hub em



AZUL LINHAS AÉREAS/DIVULGAÇÃO

Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, consolidou-se na última década como a principal ponte da Azul Linhas Aéreas para a Europa

Viracopos funciona como um ponto estratégico fundamental: além de permitir que os passageiros brasileiros de diversas regiões cheguem rapidamente à Europa, ele possibilita que os portugueses e demais turistas, ao desembarcarem no Brasil, tenham acesso imediato a mais de 60 destinos domésticos e internacionais operados pela companhia a partir do interior paulista.

Essa forte conexão a partir de Campinas é, de fato, o coração da celebração da primeira década de atuação da Azul em Portugal, o primeiro e ainda principal destino europeu da maior companhia aérea do

Brasil em número de cidades atendidas. No quadro geral das operações luso-brasileiras, o marco é histórico: já são mais de 2,5 milhões de Clientes transportados em um total de mais de 10,4 mil voos. A jornada, que teve seu início por Lisboa no ano de 2016, evoluiu significativamente, acompanhando o crescimento da demanda turística e corporativa entre os dois países.

Um novo e essencial capítulo dessa história foi escrito recentemente, quando a Azul ampliou de forma considerável suas opções de viagem e retomou os voos para a cidade do Porto, a segunda maior de Por-

tugal. Localizada no norte do país e famosa por suas paisagens às margens do rio Douro, a nova rota fortaleceu a malha internacional ao conectar o destino não apenas a Campinas (SP), mas também a Recife (PE).

Desde a sua implementação, a operação no Porto demonstrou alta relevância: a companhia já realizou 917 voos e transportou mais de 218,5 mil Clientes. Mensalmente, são oferecidos 36 voos e 9,2 mil assentos em chegadas e partidas entre a cidade portuguesa e o Brasil. Além da capilaridade de Campinas, os passageiros se beneficiam enormemente da força do aeroporto do Recife, que

funciona como um polo de distribuição no Nordeste com 33 rotas para destinos nacionais e internacionais.

O sucesso contínuo dessas rotas é bastante celebrado pela empresa. “Portugal ocupa um lugar muito especial na história da Azul. Foi por Lisboa que iniciamos nossa operação na Europa”, destaca Fábio Campos, vice-presidente institucional e corporativo da Azul.

O executivo ressalta que olhar para essa trajetória e ver mais de 2,5 milhões de Clientes transportados é motivo de imenso orgulho e reafirma o peso estratégico do mercado português.

Prefeitura vai republicar edital do transporte coletivo em outubro

Da Redação

A Prefeitura de Campinas vai republicar, na primeira quinzena de outubro, o edital da nova etapa da licitação da concessão do transporte público coletivo. A previsão da Administração é realizar um novo leilão em dezembro, após os ajustes exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).

O edital será refeito com a retomada do prazo de 35 dias úteis para apresentação das propostas, conforme entendimento do tribunal. A decisão

preservou o conteúdo e as planilhas da concessão, mas determinou a repetição da etapa de propostas e, por consequência, a realização de uma nova disputa na B3, em São Paulo.

No julgamento realizado em 19 de agosto, o Tribunal questionou o prazo concedido para a entrega das propostas após uma alteração feita no edital. Na ocasião, a data inicialmente prevista para 10 de fevereiro havia sido transferida para 25 de fevereiro, com prazo de 15 dias corridos. O entendimento do TCE-SP foi de que deveria ter sido restabele-



EMDEC/DIVULGAÇÃO

Concessão prevê a operação do transporte público coletivo de Campinas

cido o prazo de 35 dias úteis.

A decisão do Tribunal preservou o conteúdo e as planilhas da concessão, mas determinou a repetição da etapa de apresentação das propostas e, consequentemente, a realização de um novo leilão.

Desde a decisão, as equipes técnicas trabalham nas providências necessárias para a republicação do edital, visando preservar a ampla concorrência e a segurança jurídica do processo. Foi necessário atualizar os valores que compõem o

edital (peças, mão de obra, diesel, tecnologias empregadas, manutenção de terminais, etc), já que a validade dos preços da licitação é de seis meses.

Com a republicação prevista para a primeira quinzena de outubro e o prazo de 35 dias úteis para a apresentação das propostas, a expectativa da Administração é realizar o novo leilão em dezembro.

LICITAÇÃO

A concessão prevê a operação do transporte público coletivo de Campinas, incluindo o serviço convencional, o Programa de Acessibilidade Inclusiva (PAI), a operação de terminais e estações do BRT e os serviços de bilhetagem, gerenciamento e monitoramento operacional.

O novo leilão será realizado no ambiente da B3, em São Paulo.

CORREIO
GRANDE CAMPINAS



Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Dona Rosa: oportunidades

Laboratório abre oportunidades para hospital e UPA de Americana

O Laboratório JM Diagnostikos, empresa terceirizada responsável pelo serviço de laboratório nas unidades administradas pelo Grupo Chavantes – em gestão compartilhada com a Secretaria de Saúde – em Americana, está com vagas abertas para biomédicos para atuação no Hospital Municipal Dr. Waldemar Tebaldi e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Dona Rosa.

Para a UPA, as oportunidades são para atuação em escala 12x36, nos períodos diurno e noturno. Já para o HM, a vaga é para Responsável Técnico (RT). Para todas as posições, é necessário ter experiência em atendimento de urgência e emergência.

Para se candidatar, os interessados devem enviar o currículo para os e-mails rh@jmdiagnostikos.com.br e gabriella.canal@jmdiagnostikos.com.br.

Pq. Ecológico ganha 3 novas estações de água

O Parque Ecológico de Indaiatuba deu sequência nesta semana à instalação das estações de hidratação em trechos estratégicos da área verde. As novas unidades estão disponíveis próximas à Concha Acústica, ao Parque Pet e à UPA do Jardim Morada do Sol. Elas somam-se às outras três estações instaladas no mês de agosto em frente ao chafariz, na Vila Sfeir; na área situada em frente ao Paço Municipal e nas proximidades da Escola Estadual Profª Suzana Benedicta Gigo Ayres, no Jardim Morada do Sol.



Local ganhou novas estações de água gelada e recarga de celular

Hortolândia tem vacina “Pneumo 20” para idosos

Agora as pessoas com idade acima de 85 anos poderão tomar vacina em Hortolândia com o imunizante “pneumocócica 20-valente conjugada”, ou Pneumo 20, que protege contra a doença pneumocócica e suas formas graves, como pneumonia, meningite e otite. O município recebeu na quarta-feira (16/09) 900 doses da vacina, inicialmente destinadas ao público infantil. Apesar disso, as doses são enviadas com um margem de segurança e, como o Governo do Estado sinalizou o envio de mais doses, foi iniciada a vacinação aos idosos imediatamente.

UBS Vila Santana terá multivacinação neste sábado

A Unidade Básica de Saúde da Vila Santana estará aberta neste sábado (19) das 8h às 12h para a multivacinação. O objetivo é facilitar o acesso ao serviço para as pessoas que precisam atualizar a caderneta de vacinação. Para isso, é importante levar o documento de identidade; a caderneta de vacinação; e o CPF. As mulheres podem aproveitar a UBS aberta nosábado para fazer a coleta para exame de papanicolau.

Manual de emendas I

A Câmara Municipal de Nova Odessa distribuiu aos vereadores e assessores, na tarde da quarta-feira (16/9) um manual próprio com orientações sobre a elaboração e a execução de emendas parlamentares impositivas. A iniciativa busca oferecer aos gabinetes uma referência técnica para a preparação das propostas, evitando-se erros.

Manual de emendas II

A elaboração do material reforça a preocupação da Câmara em manter suas orientações atualizadas diante das normas e dos entendimentos mais recentes relacionados às emendas impositivas. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) recomenda que as Câmaras adotem normas complementares ou um manual orientativo.

Segurança de Barragem I

A Defesa Civil de Vinhedo participou, na quinta-feira (17), da capacitação sobre Segurança de Barragens, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, promovida pela Defesa Civil do Estado de SP. O treinamento abordou a elaboração do Plano de Contingência Municipal e sua integração à Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

Segurança de Barragem II

Além da Defesa Civil, o município de Vinhedo também esteve representado por profissionais das Secretarias de Saúde, Planejamento e Meio Ambiente, Serviços Municipais e Desenvolvimento Urbano (SDU). A participação conjunta fortalece a integração entre os diferentes setores na prevenção e na resposta a possíveis situações de risco.

Segurança de Barragem III

A participação de Vinhedo é relevante em razão da localização do município a jusante da represa do FETA, em Louveira. Em um eventual cenário de emergência envolvendo a barragem, áreas do município poderão ser afetadas, o que reforça a importância do planejamento preventivo, da integração entre as secretarias e da preparação para possíveis riscos.

Resgate de gambás

O Grupo de Ações Preventivas Ambientais (GAPA), da Guarda Civil Municipal (GCM) de Vinhedo, realizou o resgate de filhotes de gambá encontrados em situações de risco no município. Em uma das ocorrências, um filhote foi encontrado junto a gatos, enquanto em outra, oito recém-nascidos foram localizados após a morte da mãe.



Centenas de candidatos compareceram para participar da triagem

Próximo encontro de emprego terá vagas para o Mercado Livre

Interessados de Hortolândia precisam realizar o pré-cadastro pela internet

Da Redação

Quem não conseguiu participar do Encontro Mensal de Empregos na quinta-feira (17/09), terá uma nova oportunidade na última semana deste mês. Hortolândia realizará mais uma edição do evento, em parceria com o Mercado Livre, no dia 28/9. Ao todo, serão oferecidas 500 oportunidades para auxiliar de logística.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Inovação, o Encontro atenderá presencialmente apenas os interessados que realizaram o seu pré-cadastro pela internet, através do link: <https://www.hortolandia.sp.gov.br/encontromensaldeemprego/>.

TRIAGEM E ENCAMINHAMENTO

Na manhã de de ontem, centenas de candidatos compareceram ao Paço Municipal Palácio dos Migrantes para participart da triagem e encaminhamento às vagas. O prefeito Zezé Gomes acompanhou a movimentação.

“De maneira especial, tivemos o Mercado Livre recrutando para o seu centro de distribuição. Mais do que colocar uma empresa e um trabalhador frente a frente, o encontro representa uma ponte

com a comunidade hortolandense”, destacou o prefeito.

Exclusivamente neste mês de setembro, a programação contou com três edições. Além da ação de ontem, o primeiro Encontro de Emprego de setembro, no dia 11/9, contou com a parceria da farmacêutica EMS, por meio do Grupo Servsul. Na ocasião, 200 vagas foram ofertadas.

EMPREGABILIDADE

“Os três encontros deste mês de setembro representam uma importante estratégia de aproximação entre trabalhadores, empresas e poder público. As ações ampliam o acesso às oportunidades, facilitam o encaminhamento dos candidatos às vagas e fortalecem as políticas de empregabilidade no município”, afirma o o secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Inovação, Gerson Ferreira.

“Com esses encontros regulares, o município consegue oferecer atendimento mais próximo e contínuo à população, contribuindo para a geração de emprego, renda e novas perspectivas profissionais. É uma iniciativa que transforma informação e oportunidade em resultados concretos para os trabalhadores”, salienta.



Projeto, de autoria de Diego Costa, segue para o Executivo

Câmara de São Roque: formação para atendimento a estudantes com TEA

Durante a 30ª Sessão Ordinária, realizada na última terça-feira, 15, a Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque aprovou o Projeto de Lei nº 65/2026, de autoria do Vereador Diego Costa, que prevê formação continuada e capacitação dos profissionais da rede municipal de ensino para o atendimento e a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A proposta contempla professores, profissionais de apoio e servidores das áreas de alimentação, higiene, locomoção e acompanhamento, com conteúdos sobre métodos adaptados, comunicação alternativa e aumentativa, manejo comportamental, aprendizagem, interação social, autonomia, acolhimento e inclusão. As ações poderão contar com parcerias entre Educação e Saúde, instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil. O projeto segue para sanção do Poder Executivo.

Prédio municipal pode reunir serviços

O vereador Marquinho Arruda encaminhou ao Poder Executivo a Indicação nº 663/2026 para que o imóvel municipal da antiga FAC São Roque, na Rua Padre Marçal, nº 30, no Centro, seja destinado à instalação e centralização de serviços públicos hoje mantidos em imóveis alugados. A proposta considera a localização estratégica do prédio, que está desocupado, e a possibilidade de reduzir gastos com locações, além de concentrar diferentes atendimentos em um único espaço.



Indicação foi enviada pelo vereador Marquinho Arruda

Proposta amplia oferta de atendimentos

Entre os serviços sugeridos estão a Guarda Civil Municipal, o Departamento de Trânsito, a Casa dos Conselhos, o CRAS e o CREAS. O vereador Marquinho Arruda também propõe avaliar, em articulação com os órgãos responsáveis, a destinação de espaços para a Junta de Serviço Militar, o Cartório Eleitoral, a Receita Federal e o CADA. A medida, segundo o parlamentar de São Roque, busca concentrar atendimentos, reduzir a dispersão dos serviços em diferentes endereços e facilitar o acesso da população aos órgãos públicos.

Água ‘barrenta’ em São Roque

Ainda em São Roque, o Vereador William Albuquerque protocolou, na Câmara Municipal, o Ofício nº 1288/2026, encaminhado à Sabesp, solicitando providências urgentes diante de reclamações de moradores do Bairro Pavão sobre a qualidade da água que chega às residências. De acordo com os relatos recebidos pelo Parlamentar, a água estaria apresentando coloração “barrenta” e aspecto inadequado para utilização.

Homenagem a Sandro

Para homenagear um dos animais mais queridos e antigos Zoológico de Sorocaba, foi instalado um grande painel de LED no recinto onde vivia o elefante Sandro, com fotos e vídeos de diferentes fases de sua vida e matérias de jornal da época de sua chegada no Zoo. A iniciativa municipal é parceria com a iniciativa privada.

Temas aprovados

Ensino da cultura tropeira, cultura flashbacl, proteção animal e meio ambiente são alguns dos temas aprovados na 56ª Sessão Ordinária de 2026 da Câmara Municipal de Sorocaba, realizada na quinta (17). A pauta também contou com projetos sobre identificação de pessoas com Alzheimer ou em situação de desorientação.

Atuação ampliada

A GCM de São Roque vem ampliando sua atuação nas ruas e registrando resultados expressivos ao longo de 2026. Entre janeiro e agosto, as equipes realizaram 16.249 atendimentos, reforçando a presença da corporação em diferentes regiões do município e o trabalho diário de proteção à população. Foram 117 criminosos presos.

‘Guardiões da Infância’

A Câmara Municipal de Jundiá recebeu estudantes da Guardinha em evento do programa Guardiões da Infância, da Polícia Federal, que marca um ano de vigência do ECA Digital. A iniciativa combate a violência sexual contra crianças e adolescentes e capacita policiais federais voluntários para levar informação e orientação a escolas e instituições.

Diretrizes Orçamentárias

A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Câmara de Salto promoveu, nesta semana, audiência pública para discussão do Projeto de Lei nº 43/2026, que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2027 e dá outras providências”, incluindo a discussão a respeito das emendas sugeridas pelos vereadores.

Homenagem

A Câmara de Itu realizou, na noite de quarta (16), a outorga do Diploma e Medalha Padre Bento, ao senhor Orlando César Ceratti. Nascido no bairro Padre Bento, foi nesse bairro que Orlando Cesar Ceratti deu seus primeiros passos, construiu as primeiras amizades, viveu sua infância formando os valores que o acompanham em sua vida.



Gerente da CPFL prestou esclarecimento no encontro

Comissão da Câmara de Sorocaba cobra respostas da CPFL

Audiência pública reuniu consumidores e vereadores para discutir cobranças

Da **Redação**

A Comissão Especial de Fiscalização criada para investigar falhas na cobrança de energia da CPFL Piratininga realizou audiência pública nesta quinta-feira (17), no plenário da Câmara. Consumidores questionaram o gerente de serviços comerciais da companhia, Marcelo Gongra, sobre contas acima da média, cobranças em duplicidade e dívidas protestadas mesmo após o reconhecimento de erros pela empresa.

Um dos principais pontos foi a confiabilidade dos novos medidores digitais. Gongra reconheceu falhas, mas negou que os equipamentos sejam responsáveis pelos problemas. Segundo ele, a origem estaria em “falha humana” na leitura e no processamento dos dados. O representante afirmou que a CPFL reforçou o treinamento dos leituristas e revisou procedimentos.

Vereadores rebateram a explicação e destacaram a existência de milhares de casos na cidade. Também questionaram o fato de o método de leitura permanecer semelhante ao utilizado antes da troca dos equipamentos. Para os parlamentares, isso não explicaria a quantidade de erros registrada justamente após a instalação dos medidores digitais.

Para esclarecer a situação, Gongra sugeriu que integrantes da comissão selecionem alguns casos e acompanhem técnicos da CPFL na retirada dos medidores. Os equipamentos seriam levados a um laboratório credenciado pelo Inmetro para testes, com fiscalização dos vereadores. A proposta deverá ser avaliada pelo colegiado na próxima reunião.

Durante a tarde, uma unidade móvel da CPFL ficou no estacionamento da Câmara para registrar reclamações.

Após reunião realizada com a companhia no dia 8, a comissão encaminhou ofício com questionamentos sobre atendimento, comunicação aos consumidores e procedimentos para solucionar os problemas. Em resposta, a CPFL informou ter reforçado o atendimento presencial, com equipes no Procon e na Casa do Cidadão, além de ampliar o atendimento móvel, os dias de funcionamento das agências e realizar mutirões.

Gongra afirmou ainda que não são feitos cortes de energia enquanto as reclamações estão em apuração. Nos casos de pagamento de cobrança indevida, a empresa informou que realiza a restituição conforme a regulamentação. Quando a fatura é considerada correta, há possibilidade de renegociação e parcelamento.



Soja representou mais de um terço do valor, revela IBGE

Produção agrícola brasileira superou R\$ 927 bilhões em 2025

Após ter sofrido com condições climáticas desfavoráveis em 2024, a agricultura do Brasil chegou a 345,4 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2025. O volume supera em 18,2% o registrado no ano anterior, quando a produção foi prejudicada por efeitos do fenômeno El Niño. O valor da produção, que combina o volume físico produzido com os preços praticados na venda, foi de R\$ 927,2 bilhões, um salto de 18,4% na comparação com 2024. Os valores são em moeda corrente do ano de cada pesquisa, ou seja, não estão corrigidos pela inflação. O montante de 2025 é o maior, pelo menos, desde quando o Plano Real foi criado, em 1994. Os dados fazem parte da Produção Agrícola Municipal (PAM), divulgada nesta quinta-feira (17) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ampliação da produção de minerais críticos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou na quarta (16) a lei que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. A lei prevê investimentos de até R\$ 7 bi por meio de incentivos a projetos de processamento e transformação dos minerais. O objetivo é estimular a pesquisa, extração e transformação de minerais críticos e estratégicos. “A mineração exige investimentos intensivos e ciclos produtivos que frequentemente chegam a 40 anos”, explicou Pablo Cesário, do Instituto Brasileiro de Mineração.

JOSÉ CRUZ/AGENCIA BRASIL



Lei prevê até R\$ 7 bi para pesquisa, extração e transformação

BC reduz juros básicos para 13,75% ao ano

Apesar das tensões em torno da guerra no Oriente Médio e do fenômeno climático El Niño, o Banco Central cortou os juros pela quinta vez seguida. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária reduziu a Taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,25 ponto percentual, para 13,75% ao ano. A decisão era esperada pelo mercado financeiro. “O ambiente externo permanece incerto em função da indefinição acerca dos conflitos armados no Oriente Médio e da incerteza sobre a política monetária em algumas economias avançadas”.

Guerra e El Niño dificultaram trabalho

De junho de 2025 a março, a Selic ficou em 15% ao ano. O Copom voltou a cortar os juros em abril, num cenário de queda da inflação. No entanto, o agravamento da guerra no Oriente Médio e o El Niño dificultam o trabalho. O Copom esteve desfalcado porque o mandato dos diretores de Organização do Sistema Financeiro, Renato Gomes, e de Política Econômica, Diego Guillen, expirou no fim de 2025.

Diesel e valor final I

A Petrobras anunciou na quarta-feira (16) que vai aumentar o preço do diesel nas refinarias em R\$ 1 por litro. No entanto, de acordo com a companhia, o reajuste será neutralizado pela subvenção econômica ao óleo diesel A de uso rodoviário, também no valor de R\$1 por litro, em decorrência da portaria MF 2.813/2026.

Diesel e valor final II

Como o desconto anula o aumento, o combustível continuará sendo vendido pelo mesmo valor nas refinarias. Segundo a Petrobras, a adesão ao programa é considerada compatível com os interesses da companhia, mesmo sendo facultativo. “A Petrobras ressalta que mantém sua estratégia comercial orientada pela participação de mercado”.

Busca por Petróleo I

A Petrobras assinou contrato de exploração para buscar petróleo na margem equatorial da Costa do Marfim, país da costa oeste africana. A companhia brasileira terá o direito de explorar oito blocos exploratórios offshore, ou seja, em “alto-mar”. A celebração do contrato com a Costa do Marfim ocorreu nesta quinta-feira (17), em Abidjan.

Busca por Petróleo II

A empresa brasileira foi representada pela diretora executiva de Exploração e Produção da Petrobras, Sylvia Anjos. Os contratos são sob regime de partilha de produção. A Petrobras atuará no país por meio da subsidiária Petrobras Netherlands B.V. (PNBV), que terá 90% de participação dos blocos, além de ser a operadora da exploração.

Bolsa Família reajustado

O benefício pago pelo programa Bolsa Família será reajustado em 15%. O aumento corresponde à variação inflacionária registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) entre março de 2023 e agosto de 2026. Com isso, o valor mínimo do benefício ficará em R\$ 691. Já o valor médio pago chegará a R\$ 777.

Brasil Soberano 3

Empresas afetadas pelo tarifaço americano e por impactos da guerra no Oriente Médio já podem se habilitar a empréstimos do Plano Brasil Soberano, que disponibiliza R\$ 22,6 bilhões em crédito. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social abriu na quinta (17) o protocolo para empresários se habilitarem aos financiamentos.



Sapezal, mato-grossense, e São Desidério, na Bahia ocupam o topo

Liderança da produção agrícola muda de dono no país

Criação de município em Mato Grosso altera ranking e desbanca Sorriso

Da **Redação**

O município de Sorriso, no norte de Mato Grosso, conhecido como “capital do agronegócio”, perdeu o topo do ranking dos maiores produtores agrícolas do país. A cidade foi desbancada por Sapezal, também mato-grossense, e São Desidério, na Bahia.

A explicação não está apenas no desempenho da produção da terra em Sorriso e nos demais municípios. Passa também por uma mudança no mapa do estado de Mato Grosso, com a criação do município de Boa Esperança do Norte em áreas que pertenciam a Sorriso.

Com isso, Sorriso teve diminuição de área plantada em 9,3%, o que impactou as lavouras de soja, algodão e feijão.

A constatação faz parte da Produção Agrícola Municipal (PAM), divulgada nesta quinta-feira (17) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento aponta também que o valor da produção agrícola de 2025 foi de R\$ 927,2 bilhões, um salto de 18,4% na comparação com 2024.

AINDA NO PÓDIO

Em 2024, Sorriso tinha ostentado a liderança do ran-

king de valor de produção, com R\$ 7,2 bilhões, imediatamente à frente de São Desidério (R\$ 6,6 bilhões) e Sapezal (R\$ 5,9 bilhões).

No ano seguinte, a produção agrícola de Sorriso cresceu para R\$ 8,16 bilhões, mas ficou atrás de Sapezal (R\$ 8,59 bilhões) e São Desidério (R\$ 8,22 bilhões).

O valor da produção combina o volume físico produzido com os preços praticados na venda. Os valores são em moeda corrente do ano de cada pesquisa, ou seja, não estão corrigidos pela inflação.

O IBGE explica que, por um lado, o novo campeão, Sapezal, viu o valor da produção agrícola crescer 46,6%, empurrado por seu principal produto agrícola, o algodão herbáceo. São Desidério presenciou o valor da produção crescer 23,7%.

NOVO MAPA

A mudança de mapa que tirou Sorriso do topo do ranking foi a criação do município de Boa Esperança do Norte, o mais novo do Brasil.

A nova cidade foi constituída com territórios que pertenciam a Sorriso e Nova Ubiratã. Ou seja, parte da produção que pertencia a Sorriso até 2024 foi absorvida por Boa Esperança do Norte.

Por **Pedro Sobreiro**

A história do Brasil é repleta de heróis anônimos. Aqueles que olharam para o que todos consideravam impossível e o transformaram em realidade. Infelizmente, num país que passou décadas vivendo a síndrome de vira-latas, como definiu Nelson Rodrigues no século passado, ainda não é comum para os brasileiros a valorização dos compatriotas ilustres, sendo que muitos ainda acham que os feitos do Brasil valem menos que os de outros países.

Um desses heróis é o paulistano Amyr Klink. Formado em economia, o rapaz se destacou mundo afora como um grande explorador. Em 1984, ele entrou para a história da navegação mundial ao concluir a primeira travessia solo do Atlântico Sul a remo.

A conclusão desta aventura histórica completa 42 anos nesta sexta-feira (18).

História da travessia do Atlântico Sul pelo explorador Amyr Klink está completando 42 anos. A adaptação da aventura chega aos cinemas brasileiros no filme "100 Dias" em 29 de outubro



AMYR KLINK

A VIAGEM

Após partir de Lüderitz, na Namíbia, em junho daquele ano, Amyr passou cerca de 100 dias sozinho no mar a bordo do IAT, embarcação projetada especialmente para a expedição. Ao alcançar o litoral baiano, desembarcou na Praia da Espera, em Itacimirim, concluindo a travessia após percorrer cerca de 3.500 milhas náuticas.

Posteriormente, o navegador seguiu até Salvador, destino final da expedição. Mais do que uma conquista esportiva ou náutica, a expedição se tornou um marco pela combinação de planejamento, autonomia e preparo técnico necessários para enfrentar o oceano em uma embarcação de pequenas dimensões.

Aos 28 anos, Amyr precisou lidar com o isolamento e as condições imprevisíveis do mar enquanto, sozinho a bordo, era responsável pela própria alimentação, navegação, comunicação e manutenção do barco.

Amyr contou, durante o Rio2C deste ano, que teve a ideia de fazer a viagem após ver outros navegadores tentando pôr o plano em prática, mas sempre falhando. E em alto-mar, qualquer erro significava a morte.

Sem experiência na navegação, o então jovem entusiasta se destacou pelo preciosismo. Ele estudou o que os outros navegadores que haviam tentado a travessia previamente erraram e corrigiu as rotas para colocar essa ideia mirabolante em prática.

Segundo Amyr, a viagem trouxe momentos de paz, como poder ver as baleias no oceano e as aves à procura de alimento. Porém, para o mundo da navegação, essa viagem abriu as portas para novas rotas marítimas.

Conclusão da travessia do Atlântico Sul em um barco a remo completa 42 anos nesta sexta.

História vai virar um filme da Disney

TRAVESSIA VIROU FILME

O feito, que transformou o então jovem navegador em uma referência nacional, também deu origem ao livro "Cem Dias Entre Céu e Mar", publicado em 1985, no qual Amyr registrou os preparativos, desafios e descobertas da viagem. A obra se tornou um best-seller e já ultrapassou 300 mil cópias vendidas no Brasil — um marco considerado excepcional para os padrões do setor.

Mais de quatro décadas depois, a travessia será retratada em "100 Dias", longa dirigido por Carlos Saldanha e estrelado por Filipe Bragança, que interpreta Amyr Klink. Com estreia em 29 de outubro nos cinemas, o filme também conta com a atriz francesa Philippine Leroy-Beaulieu no papel de Asa Klink, mãe do navegador, além de Felipe Camargo como Jamil Klink e João Vitor Silva interpretando Tymur Klink, pai e irmão de Amyr, respectivamente.

Durante a 24ª Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), realizada neste ano, a Disney promoveu um painel com Amyr e a equipe técnica do filme,

que compartilhou os desafios de transformar essa aventura em cinema.

Para o filme dar certo, a roteirista Thais Tavares revelou ter contado com a total confiança de Amyr Klink.

— Na nossa primeira reunião com o Amyr, conversamos que teríamos que adaptar algumas partes da história. Ele respondeu: 'O barco é meu filho, o filme é filho de vocês. Então fiquem à vontade'. Ele deu total liberdade para que encontrássemos a melhor forma de contar essa história no cinema — lembrou a roteirista.

Já o diretor Carlos Saldanha, responsável por levar obras que valorizam a cultura nacional para o cenário internacional, como o filme "Rio" e a série "How To Be a Carioca", destacou o fator poético da jornada de Klink pelos mares.

— Um dos maiores desafios da adaptação de 100 Dias Entre Céu e Mar foi traduzir para o cinema a poesia dessa jornada, indo além dos aspectos técnicos da travessia. Buscamos construir uma narrativa visual que refletisse a conexão do Amyr com o mar, os animais e a natureza ao seu

redor, para transmitir ao público as sensações e reflexões que o livro despertou — revelou.

O projeto foi especial para o ator Filipe Bragança, que dá vida a Amyr nas telonas, e para o próprio navegador, que se surpreendeu com a fidelidade das atuações e caracterizações dos atores, que deram vida a pessoas amadas de sua história.

— Ao conhecer mais sobre o temperamento dele [Amyr Klink], seu senso de humor, seus medos, suas angústias e a forma como viveu essa travessia internamente, consegui me aproximar ainda mais da sua história. O livro foi um grande companheiro durante a preparação e me ajudou a compreender melhor um personagem tão complexo e inspirador — contou Filipe Bragança.

— Desde a caracterização dos personagens, como o Fúria e a Philippine, que está impressionantemente parecida com a minha mãe, até o sotaque... Houve um cuidado e uma sensibilidade por parte da produção e de todos os envolvidos para construir essa história emocionante — concluiu Amyr Klink.

CORREIO
NO MUNDO

WORLD ECONOMIC FORUM/ MICHAEL WUERTENBERG



Carney fez discurso dedicado à adesão do Canadá à União Europeia

Carney propõe ‘próxima ordem mundial’ no Parlamento Europeu

“Não estou propondo um terceiro bloco com o objetivo de nos tornarmos uma grande potência rival, apenas com melhores modos. Não buscamos poder para dominar os outros. Pelo contrário, buscamos resiliência para que ninguém, absolutamente ninguém, possa controlar nossos mercados abertos, prejudicar nossa soberania, ameaçar nossa integridade territorial ou minar nossas liberdades, nossas democracias e nosso Estado de Direito”. Assim como Ursula von der Leyen na véspera, Mark Carney não citou Donald Trump em discurso ao Parlamento Europeu. Recados ao presidente americano, no entanto, se empilharam durante a fala de pouco mais de 20 minutos do primeiro-ministro canadense, nesta quinta (17), em Estrasburgo. Horas antes, Trump havia reagido mal ao anúncio de que a União Europeia convidou o Canadá para se tornar um membro associado do bloco, um tipo de adesão inexistente até aqui.

Americano chama proposta de “ridícula”

“Se eles fizerem isso, se eu achar que se trata de um ato hostil, vou impor tarifas muito pesadas ou interromper o comércio com a Europa em muitos setores”, declarou o presidente na noite de quarta-feira. Trump também chamou a proposta de “ridícula”.

Carney respondeu logo após deixar o púlpito do hemicíclo, como o Parlamento é chamado devido a seu formato. “Ninguém vai ditar nossa cultura nem com quem podemos firmar acordos internacionais.”

DANIEL TOROK/ CASA BRANCA



Donald Trump chamou a proposta de Carney de “ridícula”

Canadá poderia ser um parceiro “mais efetivo”

Em tom mais diplomático, afirmou que “um Canadá mais forte e resiliente seria um parceiro mais efetivo para os EUA”. Os dois países estão comercialmente conflagrados desde agosto, com tarifas de 50% do lado americano e retaliação “dólar por dólar” do outro. Com cerca de 70% das exportações voltadas ao vizinho, o Canadá intensificou a procura por novos parceiros comerciais, pondo em prática o que Carney, no Fórum Econômico de Davos, no começo do ano, vaticinou como união das potências médias.

Recepção de celebridade para Carney

E foi além, descrevendo que, combinadas, as forças de Canadá e UE permitiriam a criação “da próxima ordem mundial”. Uma ordem mais “justa, estável e próspera”. Força e resiliência foram alguns dos termos que Carney repetiu em seu discurso inteiramente voltado à proposta de associação. Recebido com entusiasmo e pedidos de selfie por eurodeputados, o premiê começou desfiando pontos históricos entre os dois lados do Atlântico.

Primeira Guerra Mundial

Citou em alemão um trecho de Fausto, de Goethe (“Somente aquele que precisa conquistá-la diariamente merece a liberdade, assim como a vida”), para introduzir a batalha de Vimy Ridge, na 1ª Guerra Mundial, que virou um símbolo de unidade nacional para os canadenses. Em Pas-de-Calais, 248 acres da França foram cedidos ao Canadá para um memorial.

“Fantasma de Trump”

A reminiscência histórica serviu de base para falar das ameaças atuais. “Hoje, nossas sociedades estão sendo assoladas por novas tempestades: as perturbações causadas pela mudança climática, a erosão das normas democráticas, a instrumentalização do comércio. As organizações multilaterais com as quais costumávamos contar foram enfraquecidas.”

Integração econômica

Carney, na sequência, foi ainda mais explícito. “Hoje, é difícil conciliar soberania e abertura. A integração econômica está sendo instrumentalizada, e as tarifas são utilizadas para exercer pressão. Mecanismos financeiros têm sido empregados para fins de coerção. As cadeias de abastecimento constituem pontos fracos a serem explorados.”

Minerais críticos

Os minerais críticos também ganharam ênfase na fala do premiê. “Todos nós temos lacunas importantes nessas capacidades estratégicas, e cada um de nós precisa contar com nações ou empresas específicas para preenchê-las. Isso gera vulnerabilidades, especialmente quando empresas supostamente globais se revelam nacionais na hora da crise.”

Preencher lacunas

Carney observou que não é possível preencher essas lacunas sozinho. “Mas, coletivamente, isso é perfeitamente viável. O Canadá e a Europa são fortes individualmente. A Europa e o Canadá são mais fortes juntos”, disse, arrancando aplausos da plateia. Carney lembrou que até os mapas, de certa forma, confirmam a proximidade entre seu país e a UE.

União Canadá - UE

“Canadá e Europa não estão ligados por laços geográficos, embora nossos amigos dinamarqueses saibam que compartilhamos uma fronteira de 3.000 quilômetros no Ártico. Estamos ligados por uma afinidade. Eleita, escolhida, renovada e, por isso mesmo, ainda mais forte”, disse o premiê.

Por José Henrique Mariante (Folhapress)



Vladimir Putin alega que sanções dificultam negociações pelo fim da guerra

Rússia pressiona Donald Trump a não aprovar novas sanções

Congresso dos EUA passa lei que dá direito de punir parceiros de Moscou

Por Igor Gielow (Folhapress)

O governo de Vladimir Putin disse nesta quinta-feira (17) que o novo pacote de sanções aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos em punição à invasão russa da Ucrânia vai dificultar negociações para colocar um fim à guerra se virar lei pelas mãos do presidente Donald Trump.

“Nós estamos monitorando o progresso desse documento, é claro. Ele está na categoria de ações hostis, e naturalmente qualquer imposição de sanções adicionais pelos EUA irá certamente complicar os esforços para chegar a um acordo de paz na Ucrânia”, disse o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov.

Dando materialidade à avaliação, a Rússia promoveu um intenso bombardeio contra Kiev e outras sete regiões do país vizinho horas após a lei passar na Câmara, depois de ter sido aprovada no mês passado pelo Senado.

O ataque deixou dezenas de feridos pelo país, 18 apenas na capital. Ele incluiu mísseis balísticos, de cruzeiro e cerca de 160 drones, a maioria novos modelos movidos a jato, o que dificulta seu abate. A Polônia fechou dois aeroportos e mobilizou caças devido ao risco de in-

vasão de seu espaço aéreo, mas nada ocorreu.

O presidente Volodimir Zelenski afirmou que “é simbólico” que o ataque tenha ocorrido na noite de aprovação da lei Lindsey Graham, batizada em homenagem ao recém-falecido senador republicano que advogava duras punições à Rússia.

O texto prevê mais punições a empresas ligadas à produção e distribuição de petróleo e gás de Moscou, mas seu principal ponto é a autorização para que o presidente puna com sobretaxas de importação de até 100% países que comprem esses produtos dos russos.

Isso na teoria afeta diretamente tanto a rival China, cujo líder Xi Jinping visitará Trump na próxima semana, quanto aliados como a Índia e a Turquia. O governo indiano advertiu que a aprovação da lei irá prejudicar as negociações comerciais em curso entre os países.

Fiel a seu estilo inconsequente e falastrão, Donald Trump chegou a anunciar uma trégua nos ataques ao sistema energético de lado a lado, que teria sido aceito por Putin e Zelenski. Ambos os rivais elogiaram a iniciativa, mas até o momento nada aconteceu efetivamente.



Eduardo Paes ao lado de Marcelo Cabeleireiro

Paes promete barragem em Barra Mansa para enfrentar enchentes

O candidato ao Governo do Estado pelo PSD, Eduardo Paes, assumiu o compromisso de construir uma barragem no Rio Barra Mansa, caso seja eleito, como medida de prevenção às enchentes que atingem moradores de áreas ribeirinhas do município. A proposta foi apresentada ao candidato a deputado estadual Marcelo Cabeleireiro, também do PSD, que pretende levar a pauta à Assembleia Legislativa. Bairros como Nova Esperança, São Luiz, Santa Clara e Jardim Marajoara já registraram impactos provocados pelo transbordamento do rio, com famílias obrigadas a deixar suas casas e enfrentar perdas materiais. Neste ano, o Programa Limpa Rio realizou intervenções em cerca de seis quilômetros do curso d'água, com desassoreamento e recomposição das margens. Para Marcelo, porém, a prevenção exige investimentos estruturais. “A construção dessa barragem é uma questão de humanidade com os moradores dessas localidades”, afirmou.

Turismo do RJ cresce em vendas e visitantes

O setor de turismo do estado do Rio apresentou desempenho superior à média nacional em importantes indicadores nos últimos 12 meses. Os dados são do Painel Mensal do Turismo, elaborado pelo Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ). O levantamento acompanha indicadores relacionados a emprego, vendas, receita, preços e fluxo de turistas. No acumulado até julho, o volume de vendas dos serviços ligados ao turismo cresceu 6% no estado, enquanto a média brasileira registrou alta de 0,6%.



No acumulado, estado chegou a 2,4 milhões de turistas

Quase 178 mil estrangeiros em julho

A movimentação de turistas estrangeiros também contribuiu para o resultado. Em julho, o Rio de Janeiro recebeu 177.778 visitantes internacionais, número 4,3% maior que o registrado no mesmo mês de 2025. No Brasil, na mesma comparação, houve queda de 1,1%. Considerando o acumulado dos últimos 12 meses, até julho, o estado contabilizou 2,4 milhões de chegadas de turistas estrangeiros, crescimento de 20,3%. O resultado reforça a participação do Rio no fluxo internacional de visitantes que chegam ao país.

Mais empregos no setor e baixa inflação

O levantamento aponta ainda crescimento do mercado de trabalho ligado ao turismo. Em 12 meses até julho, foram criadas 14.982 novas vagas no setor no estado. Outro indicador analisado pelo painel é a inflação dos produtos e serviços relacionados ao turismo. No período, a alta acumulada no Rio foi de 5,5%, abaixo dos 6,8% registrados na média nacional.

Atendimento consular

A Embaixada de El Salvador no Brasil realizará jornadas de atendimento consular em Curitiba e São Paulo nos próximos dias para a comunidade salvadorenha residente no país. Serão oferecidos serviços como emissão e renovação de passaportes, registros do Estado Familiar e certificações consulares, entre outros procedimentos.

DUI disponível

As duas jornadas, segundo a Embaixada, também terão atendimento especializado para emissão e renovação do Documento Único de Identidade (DUI). Profissionais do Registro Nacional de Pessoas Naturais (RNPN) de El Salvador participarão das ações para realizar os procedimentos relacionados ao documento.

Curitiba primeiro

Em Curitiba, no Paraná, o atendimento será realizado nesta sexta-feira, 18 de setembro, das 10h às 17h30, no Novotel Curitiba Batel, localizado na Rua Doutor Pedrosa, 288, na região do Centro/Batel. A programação é destinada aos cidadãos salvadorenhos que vivem na cidade paranaense e em outras localidades do estado.

Sem agendamento

O atendimento em Curitiba será realizado por ordem de chegada. A comunidade salvadorenha poderá procurar o local dentro do horário estabelecido para acessar os serviços disponíveis. A jornada reunirá tanto os serviços consulares da Embaixada quanto os procedimentos relacionados ao Documento Único de Identidade.

São Paulo depois

Já na capital paulista, a jornada está marcada para este domingo, 20 de setembro, das 9h às 17h. O atendimento, conforme as informações oficiais, será realizado no Hotel Quality Paulista, na Alameda Lorena, 360, no Jardim Paulista. A iniciativa amplia o acesso da comunidade salvadorenha aos serviços oficiais no Brasil.

Equipe especializada

Assim como em Curitiba, o atendimento em São Paulo será feito por ordem de chegada e contará com profissionais do RNPN. Além da emissão e renovação do DUI, estarão disponíveis serviços consulares da Embaixada de El Salvador, incluindo passaportes, registros do Estado Familiar e certificações.



Vorcaro e seu pai darão explicações sobre “A Turma”

Vorcaro e seu pai têm depoimento marcado pela PF para o dia 30

Daniel e Henrique estão agendados para falar sobre “A Turma”

Por **Gabriela Gallo**

A Polícia Federal (PF) agendou para o dia 30 de setembro o depoimento do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, e seu pai, Henrique Vorcaro. Daniel prestará depoimento às 14h. O depoimento não é uma delação premiada do banqueiro para a PF, apesar deste já ter realizado três tentativas de colaboração, mas um interrogatório acerca do inquérito que investiga a atuação de pai e filho no grupo conhecido como “A Turma”. O grupo, formado por milicianos, policiais e operadores do jogo do bicho, era encarregado de ameaçar, intimidar e invadir dados sigilosos de pessoas que representassem obstáculo para os interesses de Daniel Vorcaro.

Os depoimentos de pai e filho são a fase final da investigação antes do encerramento do procedimento protocolado pela PF. Os interrogatórios inicialmente estavam previstos para ocorrer na última semana, mas foram adiados a pedido dos advogados de defesa dos acusados.

Atualmente, Daniel Vorcaro está preso no 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDf) no Complexo Penitenciário da Papuda, conhecido como “Papudi-

nha”. Já Henrique Vorcaro, apontado nas investigações como integrante de um núcleo associado a ações de intimidação e violência, está detido na Penitenciária Nelson Hungria, localizada em Contagem (MG).

Após o vazamento de conversas entre o dono do Banco Master e o senador da República e candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o presidencialável voltou para a mira das investigações. Na primeira quinzena de agosto, Flávio usou um imóvel do advogado Willer Tomaz, amigo do parlamentar, para tratar de estratégias de campanha com sua equipe, gravar vídeos para sua campanha eleitoral e outras atividades. Meses antes de pertencer a Willer Tomaz, o imóvel pertencia a Fabiano Zettel, cunhado e operador financeiro de Daniel Vorcaro. A denúncia é da Revista Piauí, divulgada nesta quarta-feira (16).

Zettel comprou o apartamento em abril de 2025 por R\$ 5,5 milhões. Em fevereiro de 2026, o vendeu por R\$ 3,5 milhões para empresa de Tomaz.

Por meio de nota, Willer Tomaz disse que “não conhece Fabiano Zettel nem Daniel Vorcaro e jamais manteve relação pessoal ou comercial”.

Fachin adia caso Mendonça e Congresso amplia pressão sobre o Supremo

Com julgamento sem nova data, Câmara e Senado articulam propostas de reforma da Corte

Por **Beatriz Matos**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, adiou o julgamento que analisaria, na próxima quarta-feira (23), a atuação do ministro André Mendonça na condução de casos envolvendo o Banco Master e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A nova data ainda não foi definida.

A decisão prolonga a indefinição aberta na Corte após a sessão extraordinária de terça-feira (15), marcada por divergências entre os ministros sobre a própria forma de tramitação dos processos.

No despacho, Fachin relacionou a retirada do caso da pauta à questão de ordem discutida pelo plenário. Os ministros analisavam se os procedimentos envolvendo Mendonça e Alexandre de Moraes deveriam ser reunidos e redistribuídos quando Flávio Dino pediu vista e interrompeu o julgamento. “Considerando a direta relação dos pontos contidos na Questão de Ordem referida acima com a apreciação destes autos, abarcando questionamento sobre a regularidade da própria relatoria, a inclusão em pauta será oportunamente redesignada”, registrou Fachin.

TENSÃO PERMANECE

Na prática, a discussão sobre Mendonça ficou condicionada à solução de uma controvérsia anterior sobre relatoria e tramitação. Para o advogado e professor de Direito Constitucional Rafael Durand, o adiamento não reduz a tensão interna.

“Prolonga, e prolonga de um jeito que expõe um problema mais grave do que o adiamento em si. Antes de chegar ao mérito de qualquer acusação, o plenário nem sequer conseguiu fechar uma questão preliminar, a de saber se os casos de Moraes e Mendonça deveriam tramitar juntos. O placar ficou em 4 a 3 pela separação, com Fachin, Mendonça, Fux e Cármen Lúcia de um lado, Gilmar, Zanin e Moraes do outro, e o resultado só não foi proclamado porque Dino pediu vista depois de já ter votado pela reunião, o que deixa a Corte sem definição por até 90 dias.”



Decisão de Fachin faz debate da crise passar para o Congresso

CONGRESSO ENTRA EM CENA

A crise, porém, já escapou dos limites do Supremo. Enquanto a Corte adia uma definição, o Congresso tenta transformar o desgaste institucional em propostas concretas de mudança nas regras do Judiciário. A discussão reúne iniciativas de parlamentares de campos diferentes e ganha força justamente quando o STF ainda não conseguiu encerrar a controvérsia interna.

Na Câmara, uma das articulações é conduzida pelo deputado Danilo Forte (PP-CE). A PEC apresentada por ele prevê mandato de oito anos, sem recondução, para futuros ministros do STF, além de mudanças no sistema de indicação, limites a determinadas decisões monocráticas e novas regras de conduta e responsabilização. Os atuais integrantes da Corte não seriam atingidos.

Danilo trabalha com a expectativa de intensificar a articulação na semana seguinte ao primeiro turno das eleições, quando deputados e senadores devem voltar a Brasília para uma nova rodada de votações.

Também na Câmara, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) apresentou uma proposta com mudanças mais amplas na estrutura do Judiciário. O texto estabelece mandato para futuros integrantes de Cortes superiores e tribunais de contas e altera critérios para a composição desses órgãos. Reginaldo pretende conversar com o presi-



Sessão adiada debateria situação de Mendonça

dente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para tentar abrir espaço para a PEC na agenda da Casa.

Para Durand, o Congresso tem margem constitucional para avançar em temas como mandato e decisões monocráticas, desde que preserve os limites impostos pela Constituição. “Pode avançar bastante, desde que respeite duas balizas do art. 60, §4º, da Constituição, a separação de poderes e os direitos e garantias individuais, ambos protegidos como cláusulas pétreas. Mandato fixo para ministros não fere nenhuma delas. É solução amplamente testada em cortes constitucionais de democracias consolidadas, com mandatos não renováveis de doze anos na Alemanha e prazos semelhantes em Portugal e na Espanha, e nada nisso esvazia a independência do Judiciário enquanto Poder.”

No Senado, a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) tenta reunir a discussão em uma frente mais

organizada. A Comissão de Direitos Humanos, presidida por ela, aprovou uma indicação para que a Comissão de Constituição e Justiça crie um grupo de trabalho voltado à reforma do Judiciário. A ideia é reunir PECs e projetos já apresentados e tentar consolidar o debate em um único texto em até 60 dias.

Damares pretende tratar da proposta diretamente com o presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA). Entre os pontos que ela quer levar ao colegiado estão os requisitos para escolha de ministros, duração dos mandatos, competências das cortes, decisões monocráticas e colegiadas, regras de impedimento e suspeição, transparência e mecanismos de responsabilização.

IMPEACHMENT

O movimento ocorre também em meio a críticas de parlamentares da oposição ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Senadores reclamam que os pedidos

de impeachment contra ministros do Supremo não avançam e afirmam que a Presidência da Casa tem concentrado poder sobre o destino dessas representações. A insatisfação ajudou a deslocar o debate da responsabilização individual de ministros para uma discussão mais ampla sobre as próprias regras do Judiciário.

Durand vê possibilidade de que o impulso atual ultrapasse a conjuntura. “As duas coisas, em sequência. O gatilho é claramente conjuntural. Não é coincidência que ao menos trinta iniciativas sobre reforma do Judiciário, muitas delas paradas havia anos, tenham ganhado tração exatamente na semana em que o Supremo não conseguiu resolver sozinho o conflito entre dois de seus próprios ministros. Mas o conteúdo dessas propostas não nasceu agora. Mandato para ministros, limite a decisões monocráticas e revisão dos critérios de indicação são debates que a doutrina constitucionalista já vinha amadurecendo havia tempo, o que sugere fadiga estrutural represada, não um projeto de ocasião.”

Para ele, a legitimidade de uma eventual reforma dependerá também de o Congresso evitar mudanças dirigidas a ministros específicos. “O risco existe e não é apenas de imagem. Legitimidade de reforma constitucional depende de generalidade e de vigência prospectiva, e é exatamente por isso que considero acertado o desenho que preserva os mandatos dos ministros atuais nas duas PECs em tramitação. Uma mudança que atingisse retroativamente algum ministro nomeado deixaria de ser reforma institucional para virar ajuste de contas com nome e sobrenome, e isso comprometeria a validade da norma tanto quanto sua legitimidade política.”

Com o julgamento de Mendonça agora sem data, o Supremo ganha tempo para tentar resolver a própria controvérsia processual. No Congresso, porém, o episódio deixou de ser apenas pano de fundo para a crise entre ministros e passou a alimentar uma disputa sobre regras permanentes para o Judiciário, do tempo de permanência nas cortes ao alcance das decisões individuais de seus integrantes.



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Zanin cobra avanço de investigação sobre venda de decisões por desembargador

CARLOS MOURA/SCO/STF

■ O ministro Cristiano Zanin (STF) cobrou rapidez na investigação contra um desembargador do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) por suspeita de envolvimento em um esquema de venda de decisões judiciais. O magistrado está afastado das funções desde agosto de 2024, e a apuração ainda não resultou em acusação formal.

■ A manifestação de Zanin ocorreu ao analisar um habeas corpus apresentado pela defesa do desembargador Helvécio de Brito Maia Neto. O ministro negou o pedido para derrubar a medida que mantém o magistrado afastado do cargo.

■ “Considerando o tempo transcorrido desde a decretação das medidas cautelares originariamente impostas ao investigado, sem que, até o momento, tenha sido formalizada a acusação, torna-se imperioso conferir especial celeridade à investigação em curso”, afirmou Zanin.

■ O desembargador é investigado por suspeitas de corrupção passiva e organização criminosa. O caso envolve apurações sobre uma suposta organização criminosa formada no âmbito do Judiciário do Tocantins para negociar decisões judiciais, com possível prática de corrupção e lavagem de dinheiro.

■ Segundo os autos, a investigação também apura suspeitas de que Hel-



Manifestação de Zanin ocorreu ao analisar um habeas corpus apresentado pela defesa

vécio teria influenciado promoções de magistrados e proferido decisões de forma ilegal em favor de terceiros. A defesa sustenta que não foram apresentados elementos que demonstrem o recebimento de valores ou vantagens indevidas pelo desembargador.

PERÍCIAS PENDENTES

■ O afastamento foi determinado inicialmente em agosto de 2024. Posteriormente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu prorrogar a medida por mais um ano, sob o argumento de que a investigação ainda não havia sido concluída e de que permaneciam

pendentes perícias e análises de materiais apreendidos.

CASO PASSOU PELO STF

■ As investigações relacionadas à Operação Maximus chegaram a ser levadas ao STF para verificar a possível participação de uma autoridade com foro na Corte e uma eventual conexão com outra investigação.

■ O Supremo, porém, entendeu que não havia, naquele momento, elementos concretos que justificassem manter o caso sob sua competência e devolveu os procedimentos ao STJ.

Toffoli barra extradição de iraniana por risco da guerra à filha brasileira

ROSINEI COUTINHO/SCO/STF

■ O ministro Dias Toffoli (STF) barrou a extradição de uma cidadã iraniana e levou em consideração os riscos para a filha brasileira da mulher diante do cenário de guerra no Irã. A decisão aponta que a entrega da mãe ao país poderia provocar consequências graves para a criança.

■ Elham Asgari e o marido são procurados pelas autoridades iranianas para responder pela suposta prática de cumplicidade em fraude. O pedido de extradição foi apresentado pelo governo do Irã com base em promessa de reciprocidade entre os países.

■ A acusação está amparada, segundo os documentos enviados pelo Irã, na legislação local que prevê agravamento de pena para crimes de suborno, peculato e fraude.

■ Durante a tramitação do processo, Toffoli demonstrou preocupação com a si-

tuação da filha da iraniana, uma criança brasileira. A mulher chegou a ter a prisão cautelar decretada, mas a medida foi substituída inicialmente por prisão domiciliar, entre outros motivos porque a filha ainda estava em fase de amamentação.

■ Posteriormente, a prisão domiciliar também foi flexibilizada. Elham passou a cumprir medidas como monitoramento eletrônico, proibição de deixar o Brasil, comparecimento periódico à Justiça e recolhimento domiciliar noturno.

■ Antes de decidir sobre a extradição, Toffoli cobrou do governo iraniano informações sobre as medidas que seriam adotadas em relação à criança caso a mãe fosse enviada ao país. O ministro também determinou consulta sobre a possibilidade de transferência do processo penal para o Brasil.

■ Segundo o STF, o Irã deixou reite-



Ministro a barrou extradição de iraniana

radamente de fornecer informações consideradas necessárias para a análise do pedido.

■ Toffoli concluiu que a extradição poderia produzir “reflexos gravíssimos e manifestamente prejudiciais” à criança brasileira. O contexto enfrentado pelo Irã também entrou na avaliação sobre os riscos aos quais a menor poderia ser submetida caso acompanhasse a mãe.

■ Diante da falta das garantias solicitadas e da situação da filha brasileira, o ministro negou o pedido de extradição. Toffoli também revogou as medidas cautelares impostas à iraniana e determinou a restituição do passaporte, caso estivesse apreendido.

PF faz nova fase de operação que mapeou propina a Vicentinho Júnior

■ A Polícia Federal (PF) deflagrou nesta quinta-feira (17) uma nova fase da Operação Overclean, investigação que apontou o pagamento de R\$ 260 mil em suposta propina ao deputado federal Vicentinho Júnior (PSDB). Candidato ao governo do Tocantins, o parlamentar teria recebido os valores por meio de uma empresa registrada em nome da mulher; segundo relatório da PF.

■ Foram cumpridos 24 mandados de busca e apreensão em Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Tocantins, Paraná e Espírito Santo. Nesta etapa, os investigadores apuram suspeitas de irregularidades em contratações realizadas pela Secretaria de Educação de Belo Horizonte entre 2024 e 2025.

■ Ao menos três procedimentos analisados pela PF resultaram em contratos que, somados, ultrapassam R\$ 80 milhões. A investigação apura indícios de direcionamento de contratações para o fornecimento de serviços e materiais didáticos e possíveis crimes contra a administração pública, fraude em licitações e contratos, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

■ Vicentinho Júnior não aparece entre os alvos divulgados pela PF nesta quinta. O nome do deputado, no entanto, surgiu em outra frente da Overclean, que investiga um suposto esquema de corrupção e desvio de recursos públicos.

■ Em relatório da investigação, a PF analisou uma planilha apontada como controle de pagamentos de propina. Nela, o codinome “VIC” aparece associado a pagamentos mensais de R\$ 20 mil.

■ Os investigadores cruzaram as anotações com dados bancários e identificaram transferências da BRA Teles Ltda., apontada como empresa de fachada ligada aos irmãos Alex e Fábio Rezende Parente, para uma empresa registrada em nome da esposa de Vicentinho.

■ Segundo a PF, os registros referentes a 2023 e 2024 permitiram associar R\$ 260 mil em transferências da BRA Teles à empresa da mulher do parlamentar. Reportagem publicada em dezembro de 2025 já havia revelado os repasses e a conclusão dos investigadores de que o codinome “VIC” faria referência ao deputado.

PINGA-FOGO

■ DE TODO STF, SÓ 10 CPFS 'AINDA' FICAM FORA ATÉ HOJE DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE CRIADO NA PRESIDÊNCIA DE FUX - O ministro Luiz Fux deve ser amante da Cabala ou foi iluminado pelo Espírito Santo durante a sua presidência no STF. Foi dele a iniciativa de instituir a RESOLUÇÃO Nº 757, DE 15 DE DEZEMBRO 2021, do Supremo Tribunal Federal (STF), criando o Programa de Integridade da Corte e o Comitê de Gestão da Integridade (CGI-STF) e aprovando o Plano de Integridade do STF.

■ Foi o embrião de uma proteção institucional da Corte, que, se estivesse avançando, não teria jogado o STF no mar de lama que mergulhou. Fux tem toda autoridade de cobrar uma postura ética dos seus pares, já que implantou na presidência normas de conduta para a casa.

■ Assinada pelo então presidente da Corte, o ministro carioca Luiz Fux, a medida foi publicada oficialmente em janeiro de 2022. Posteriormente, em junho de 2024, a Resolução nº 836 alterou alguns de seus dispositivos regulatórios para atualizar as regras de governança do comitê.

■ O objetivo central foi implementar um conjunto de medidas institucionais focadas na prevenção, detecção, punição e remediação de irregularidades administrativas, condutas ilícitas e desvios éticos no âmbito do tribunal.

■ As suas diretrizes ficaram na gestão de riscos de integridade, monitoramento constante, correção de falhas sistêmicas e capacitação contínua dos servidores e colaboradores, o que incluiria os delegados da Polícia Federal cedidos aos gabinetes e criaria um rota de conduta que os próprios ministros, não por obrigação, mas por ética, deveriam seguir. Afinal, ficaria difícil a máxima: "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço".

■ A renovação de alguns instrumentos internos criados pelo ministro Fux gerou um forte bastidor político dentro do tribunal recentemente, principalmente por parte dos novos ministros que ingressaram no Governo Lula. Oficialmente, os instrumentos práticos (que são os Planos de Integridade) continuam existindo. O primeiro cobriu o biênio 2021-2022 e o tribunal, posteriormente, estruturou as diretrizes para dar sequência ao projeto, com o Plano de Integridade 2024-2025.

■ Como estamos em 2026, o plano de integridade anterior (biênio 2024-2025) concluiu seu ciclo formal de metas. Atualmente, o que rege as práticas da Suprema Corte é a combinação entre a política permanente de integridade, novas metas internas de transição e um cenário de forte pressão por reformas nacionais.



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@colunamagnavita

Reitor da PUC-Rio é recebido pelo Papa Leão XIV

FOTOS DIVULGAÇÃO



Na audiência do Reitor da PUC, padre Anderson, com o Papa Leão XIV, a presença dos cardeais Dom Jaime e Dom Leonardo



Padre Anderson Antônio Pedrosa durante o IV Encontro Fratelli tutti – Diálogo Socioambiental Norte-Sul, em Roma. Na direita, o reitor entre os cardeais Dom Jaime, presidente da CNBB; e Dom Leonardo, o primeiro cardeal da Amazônia Brasileira



O reitor da PUC-Rio e presidente da Organização de Universidades Católicas da América Latina e do Caribe (Oducal), padre Anderson Antônio Pedrosa, foi recebido pelo Papa Leão XIV no Vaticano durante sua participação no IV Encontro Fratelli tutti – Diálogo Socioambiental Norte-Sul, realizado em Roma entre os dias 10 e 12 de setembro. O encontro reuniu representantes de conferências episcopais, organismos internacionais, bancos, fundações, sindicatos, empresas, universidades e comunidades para discutir desafios sociais e ambientais do continente.

Em artigo, padre Anderson relatou que apresentou a contribuição das universidades católicas para o debate sobre mineração, com uma pesquisa que analisará dois casos concretos, um no Peru e outro no Brasil. A proposta prevê reunir dados técnicos e ouvir comunidades locais para avaliar aspectos econômicos, ambientais e sociais. “Não queremos começar por con-

clusões previamente estabelecidas, nem transformar a universidade em porta-voz de uma posição ideológica. Queremos começar pela realidade”, escreveu.

Para o reitor, o trabalho também representa uma forma de aproximar setores com visões diferentes. “A amizade social, portanto, não é

ingenuidade nem ausência de conflito. É a decisão de não permitir que o conflito tenha a última palavra”, afirmou no artigo. O estudo deverá durar aproximadamente um ano e, ao final, produzir um relatório a ser apresentado ao Papa Leão XIV e aos bispos.

■ No entanto, o motivo de parecer que esses instrumentos “travaram” ou perderam força se deve a divergências internas profundas entre os próprios ministros em relação ao futuro dessas regras.

■ O principal instrumento que rege o STF continua sendo a Resolução nº 757/2021, assinada pelo então presidente Luiz Fux. Ela funciona como a “Lei Geral de Integridade” do tribunal. Mesmo quando o período de um plano bienal específico termina, os pilares fundamentais da resolução permanecem obrigatórios: a obrigatoriedade dos canais de denúncia, a política de combate ao nepotismo, a prevenção ao conflito de interesses na máquina administrativa e o gerenciamento de riscos contratuais em licitações e contratações do tribunal.

■ O vácuo deixado pelo fim do plano de 2025 acelerou a discussão de que o tribunal não pode mais se guiar apenas por resoluções voltadas a servidores. O debate central que rege os bastidores do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) gira em torno da adoção de um Código de Conduta definitivo para os magistrados.

■ O programa instituído pelo ministro Luiz Fux tornou-se exatamente o embrião de um movimento muito maior e mais ambicioso que, agora, busca alcançar todo o Poder Judiciário brasileiro, inclusive os próprios magistrados.

Embora o projeto inicial de Fux em 2021 estivesse restrito aos bastidores administrativos e servidores do STF, ele inaugurou a cultura formal de compliance e gestão de riscos na cúpula do Judiciário. Esse conceito evoluiu e deu origem a discussões nacionais profundas em duas frentes principais.

■ As sementes plantadas por Fux foram seguidas por todo o universo do STF e somente 10 nomes ficaram fora: exatamente os 10 ministros que agora se digladiam como se a casa não tivesse submetida a normas de ética e compliance desde 2022.

■ RUAS QUER O FIM DA FARRA DOS CAMAROTES OFICIAIS DA SAPUCAÍ - Douglas Ruas, nome do PL na disputa ao Governo do Rio, resolveu mirar os camarotes oficiais da Sapucaí. A promessa, se chegar ao Palácio Guanabara, é acabar com as estruturas bancadas pelo poder público para receber autoridades durante o Carnaval.

■ A justificativa de Ruas é direta: cortar privilégios para reforçar os recursos destinados aos profissionais da cultura. “Eu vou acabar com os privilégios”, disse o candidato, acrescentando que, com a medida, “vai sobrar mais recursos ainda para a cultura, para quem realmente trabalha pela manifestação cultural”.

■ A fala vem na esteira da polêmica provocada por declarações anteriores de Ruas sobre o Carnaval. O candidato passou a ser cobrado por integrantes do samba e, agora, deixa claro que sua crítica não é à festa, mas ao uso de dinheiro público para manter os camarotes de autoridades.

■ PAES APROVEITA CRÍTICA - Amante do carnaval do Rio, Eduardo Paes, adversário de Ruas na corrida ao Governo, não deixou a questão de lado. Defendeu o Carnaval como patrimônio cultural e motor da economia fluminense. “O Carnaval é um orgulho para o povo do nosso Estado. Aquece a economia e é nossa maior manifestação cultural”, afirmou após a declaração de Ruas em sua participação no RJTV desta semana.

HUGUETTE GALLO



Instagram: @huguetta.gallo
E-mail: huguetta.gallo@gmail.com

DIVULGAÇÃO/LIGIA TESTA



Obras dos artistas Sé Corsari e Flávia Carvalho Jackson, os homenageados da noite

'O Luxo Invisível' será lançado no Espaço Obata

O lançamento oficial da edição de 2026 do Anuário Circuito Arq+Decor chega à sua 9ª edição com grande destaque e reafirma o compromisso de valorizar a arquitetura e o design. O evento acontece na terça-feira, dia 22/9, a partir das 17h, no Espaço Obata, em Sousas e vai reunir arquitetos, designers, decoradores e construtores do setor, além de fornecedores e empresas parceiras.

Único em Campinas, com curadoria assinada pela publisher Carmen Saucedo vem este ano com o tema 'O luxo invisível: o espaço que conta a história'.

A proposta traz uma reflexão sobre o conceito de luxo além da ostentação material, que se manifesta nos detalhes, na qualidade de vida, na identidade e memórias. Aspectos como sustentabilidade, iluminação e materiais ganham força nos projetos. Cada

ambiente foi pensado para refletir a personalidade de quem o habita.

A publicação reúne 20 projetos selecionados de arquitetura e decoração. As propostas valorizam a estética, a funcionalidade e a sensibilidade dos espaços.

O evento de lançamento contará com a exposição de dois artistas de prestígio: Flávia Carvalho Jackson, que criou uma obra de arte inédita especialmente para a capa. A artista campineira retorna ao anuário após a sua participação na quinta edição.

A noite também homenageará o italiano Sé Corsari (1924-2004). As paisagens italianas e o mar da Ístria, península da Europa, serviriam de inspiração para os seus desenhos e quadros, até a sua chegada ao Brasil, em 1949, para onde o seu espírito aventureiro o levaria. A curadoria é de Ligia Testa.

Guetty Bits

■ Sob direção musical do regente do Theatro Municipal, Roberto Minczuk, reestreia hoje, 18, na sala paulistana, a ópera Don Carlo, de Verdi, que volta a ser encenada na cidade após 21 anos. Minczuk mais uma vez se encarrega de trazer uma ópera tradicional na agenda do Municipal. Ele também foi responsável pela direção musical de Tristão e Isolda, que alcançou arrebatador sucesso entre o público paulistano.

■ Kiko Mascarenhas volta ao Tucarena, em São Paulo, com a peça 'Todas as Coisas Maravilhosas', com texto de Duncan McMillan e Joe Donahuer e direção de Fernando Philbert. A peça é vencedora do Prêmio APCA 2024 (Associação Paulista de Críticos de Arte) na categoria de Melhor Espetáculo.

■ Na última terça-feira, 15, no Festival Internacional de Cinema de Toronto, a Apple Original Films co-

memorou a pré-estreia canadense de 'Tenzing', novo longa-metragem de Jennifer Peedom, estrelado por Genden Phuntsok, Tom Hiddleston, Willem Dafoe, Caitríona Balfe, Thinley Lhamo e Tenzin Dalha. Baseado em fatos reais, Tenzing retrata a história de Tenzing Norgay, um escalador do Himalaia, que, ao lado de Edmund Hillary, tornou-se um dos primeiros a alcançar o cume do Monte Everest.

High Lights

DIVULGAÇÃO



Maestro Roberto Minczuk dirige e rege 'Don Carlo'

RENATO DOMINGOS/ DIVULGAÇÃO



Kiko Mascarenhas na peça 'Todas as Coisas Maravilhosas'

DIVULGAÇÃO APPLE TV



Em Toronto: Caitríona, Thinley, Willem, Jennifer, Tom e Genden

Governo de SP rebate críticas de Ana Estela Haddad e faz balanço de ações contra violência à mulher

Combate à violência contra a mulher gera debate entre oposição e atual governo de SP

Por **Moara Semeghini**

Casada desde 1988 com Fernando Haddad (PT), candidato ao governo de São Paulo, Ana Estela Haddad esteve em Campinas para liderar a Caravana das Mulheres com Lula e Haddad, caminhada em defesa dos direitos femininos. Em entrevista exclusiva ao Correio da Manhã, fez duras críticas e apontou a falta de prioridade no combate à violência e ao feminicídio por parte do governo paulista, citando cortes orçamentários e o fechamento de delegacias no período noturno.

Ana Estela criticou o fato de que as delegacias especializadas não permanecem abertas nos horários de maior incidência de crimes contra a mulher e questionou a demora na implementação de um aplicativo criado recentemente pelo estado, classificando a iniciativa como tardia. De acordo a assessoria do PT, a gestão de Tarcísio de Freitas (Republicanos) ignorou a gravidade do cenário e reduziu em 54,4% os recursos destinados à Secretaria de Políticas para as Mulheres para o ano vigente.

GOVERNO DE SP

Em nota conjunta emitida pela Secretaria de Políticas Públicas para a Mulher e pela Secretaria de Segurança Pública, o Governo de São Paulo afirmou que o enfrentamento à violência contra a mulher é prioridade da gestão e envolve a atuação integrada de diversas áreas. O governo destacou que, pela primeira vez na história, o Estado passou a contar, a partir de 2023, com uma Secretaria de Políticas para a Mulher atuando de forma transversal na coordenação de estratégias, autono-



Governo de São Paulo rebate críticas da esposa de Fernando Haddad, Ana Estela Haddad, e apresenta balanço das ações contra violência à mulher



Ex-primeira-dama de SP, Ana Estela Haddad falou ao CM em Campinas

mia financeira, capacitação e saúde, o que faz com que os recursos destinados ao setor estejam distribuídos entre diferentes pastas.

Para 2026, o orçamento previsto para a Secretaria da Mulher especificamente é de R\$ 30,5 milhões, mais que o triplo dos R\$ 9 milhões de 2024. Em pouco mais de um semestre de 2026, mais de R\$ 19 milhões já haviam sido empenhados, valor próximo aos R\$ 21 milhões executados em todo o ano de 2025.

As Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) são custeadas pela ação de Polícia Judiciá-

ria, que conta com R\$ 463,2 milhões previstos para 2026 (alta de quase 18% em relação a 2022).

O orçamento direcionado ao acolhimento de crianças, adolescentes, mulheres e idosos saltou de R\$ 682 mil em 2023 para R\$ 22,7 milhões previstos para 2026.

Através do movimento SP por Todas, o governo paulista informou ter realizado a maior expansão da rede especializada de atendimento às mulheres de sua história. A rede especializada de unidades policiais cresceu mais de 87%, passando de 202 para 379 unidades (en-

tre DDMs e Salas DDM).

A maioria das unidades atende das 9h às 19h, havendo atualmente 35 unidades com funcionamento 24 horas no estado. Há também a opção de registro presencial e remoto de ocorrências. A rede conta com cerca de 1,6 mil agentes, tendo recebido o reforço de 774 policiais na atual gestão.

Aplicativo SP Mulher Segura foi criado em 2024 e reúne em uma única plataforma o botão do pânico para mulheres com medida protetiva, registro de ocorrência e acesso à rede de apoio. O Estado conta com 1.250 tornezeleiras eletrônicas conectadas ao acompanhamento de medidas protetivas para identificar aproximações indevidas dos agressores.

A Patrulha SP Mulher Segura foi criada em 2026 para acompanhar mulheres com medidas protetivas e prevenir a reincidência da violência através de busca ativa.

A assessoria estadual destacou também a implantação das Cabines Lilás (com policiais femininas capacitadas), Espaços e Salas Lilás, além do Circuito Integrado de Proteção (unidades itinerantes em

municípios com menor oferta de serviços).

Sobre acolhimento e autonomia financeira, a gestão estadual destacou o auxílio aluguel com R\$ 27 milhões já foram destinados ao atendimento de 9,1 mil mulheres que precisaram deixar o ambiente de violência. As Casas da Mulher Paulista têm 21 unidades já entregues no estado, somando R\$ 15,3 milhões em investimentos.

Desde 2023, foram viabilizados R\$ 779,4 milhões em crédito e financiamento para negócios liderados por mulheres (via Banco do Povo, Desenvolve SP e FEAP Mulher Agro). O programa Qualifica SP capacitou 21,7 mil mulheres. Há também o Protocolo Não Se Cale, voltado ao combate do assédio e da violência em bares, restaurantes e casas noturnas, a iniciativa já qualificou 126 mil profissionais.

O governo paulista afirmou ainda que o conjunto dessas ações consolida uma política transversal e integrada, atuando desde a prevenção e atendimento policial até a responsabilização do agressor e a reconstrução da autonomia feminina.

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

EDUARDO OGATA

Chuvas elevam volume do Cantareira em duas semanas

Volume útil chegou a 39,1%, mas sistema permanece em alerta

Da Redação

O Sistema Cantareira ganhou 58,1 bilhões de litros nos primeiros 15 dias de setembro, após o maior volume de chuva registrado na capital paulista. O estoque do manancial passou de 325,5 bilhões para 383,6 bilhões de litros em duas semanas na região.

Dados do Portal dos Mananciais, mantido pela Sabesp, mostram que o volume útil avançou de 33,14% em 1º de setembro para 39,06% no dia 15. A alta foi de 5,86 pontos percentuais. Apesar da recuperação, o sistema Cantareira permanece na Faixa 3, ou seja, se mantém classificada como Alerta.

Nessa faixa, a retirada de água para abastecimento fica limitada a 27 metros cúbicos por segundo. Na faixa normal, a captação pode alcançar 33 metros cúbicos por segundo. A passagem para a Faixa 2 ocorre quando o armazenamento fica entre 40% e 60%. Uma eventual

mudança de classificação será analisada ao fim do mês.

A elevação do nível ocorreu em meio ao recorde de precipitação observado em São Paulo. Até dia 15, a cidade havia acumulado 261,8 milímetros de chuva em setembro. O resultado tornou o mês o mais chuvoso para esse período desde o início da série de medições do Instituto Nacional de Meteorologia, em 1943.

A recuperação interrompeu uma sequência de queda iniciada após 25 de março, quando o Cantareira atingiu o maior nível de 2026, com 44,11% do volume útil. O armazenamento recuou de forma gradual durante a estiagem, entre abril e agosto, e encerrou o último mês com 33,02%. Em duas semanas de setembro, o sistema repôs aproximadamente metade da água perdida nos cinco meses anteriores.

A hidróloga Luz Adriana Cuartas, pesquisadora do Centro Nacional de Monitoramento



Sistema Cantareira é formado por seis reservatórios em SP e MG

e Alertas de Desastres Naturais, avaliou que uma alta próxima de 5% em duas semanas representa uma mudança relevante. Em agosto, apesar de chuvas próximas da média histórica, o reservatório perdeu 3,7% do volume. Em junho, mesmo com precipitações acima da média, houve redução de 0,4%.

Segundo os cenários do Cemaden, o risco de desabastecimento diminuiu em comparação com as projeções elaboradas no início do ano. O nível atual também supera o verificado no mesmo período de 2025, quando o Cantareira operava com cerca de 31,3% de armazenamento.

Na projeção mais desfavorável, com chuva 50% abaixo da média até dezembro, o ma-

nancial poderia terminar o ano com aproximadamente 30% da capacidade, acima dos cerca de 20% registrados no fim de 2025. Se as precipitações ficarem dentro da média, a estimativa aponta volume próximo de 52%. Com chuva 25% superior à média, o índice poderia chegar a 66%; em um cenário 50% acima da média, a projeção alcança 82%.

A SP Águas informou que as chuvas do início do mês contribuíram diretamente para a recomposição dos reservatórios. Diante da melhora, o Comitê de Integração das Agências para a Segurança Hídrica, composto pela SP Águas e pela Arsesp, autorizou a redução da Gestão de Demanda Noturna para oito horas em setembro.

De acordo com a agência, se o ritmo de precipitação e de entrada de água for mantido, o Cantareira poderá alcançar ou se aproximar de 40% ainda neste mês. A previsão para a primavera indica chuva acima da média entre setembro e novembro, mas o comportamento do sistema seguirá sob acompanhamento.

A Sabesp afirmou que projeções indicam segurança no abastecimento metropolitano em diferentes cenários hidrológicos em 2026. A companhia também informou que medidas aplicadas durante a estiagem, entre elas a redução da pressão na rede no período noturno, resultaram em economia acumulada de cerca de 193 bilhões de litros.

Jardim Pantanal continua alagado após fortes chuvas

Da Redação

Ruas do Jardim Pantanal, na zona leste de São Paulo, permanecem alagadas após as chuvas intensas. Mesmo com a redução do nível da água em alguns pontos, moradores enfrentam dificuldades para sair de casa, circular pelo bairro e retirar bens atingidos pela enchente.

O transbordamento do rio Tietê alcançou vias e casas da região, localizada em área de várzea. Em trechos onde a água continua mais alta, o deslocamento é feito a pé, por embarcações improvisadas ou com ajuda de vizinhos.

A inundação começou após o período de chuva forte que atingiu a Grande São Paulo. O acumulado elevou o nível de rios e córregos e provocou alagamentos. No

Jardim Pantanal, a água invadiu residências, danificou móveis e eletrodomésticos e espalhou lama pelas ruas. Famílias relatam perdas materiais e dificuldade para retomar a rotina.

Além dos danos dentro das casas, o alagamento afeta o acesso a serviços e o deslocamento para o trabalho e a escola. A permanência da água também amplia a preocupação com contaminação, presença de animais peçonhentos e doenças transmitidas pelo contato com a enchente no bairro.

O Jardim Pantanal convive com episódios recorrentes de inundação por estar próximo ao Tietê e ocupar áreas baixas. Moradores cobram medidas para melhorar a drenagem e reduzir o impacto das cheias. Também



REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Famílias em áreas de risco vêm sendo removidas, diz Prefeitura de SP

pedem assistência para as famílias afetadas, retirada da água acumulada, limpeza das vias e apoio na recuperação dos imóveis.

A Prefeitura de São Paulo afirma que mantém ações

na região por meio do Plano Recupera Pantanal. Segundo a gestão municipal, famílias instaladas em áreas consideradas de risco vêm sendo removidas e encaminhadas para auxílio-aluguel ou in-

denização. O programa também prevê obras de drenagem, contenção e construção de moradias.

A administração municipal da capital informou ainda que equipes atuam no atendimento emergencial e no monitoramento dos pontos atingidos. A Sabesp disponibilizou equipamentos de bombeamento para ajudar no escoamento. A Defesa Civil avalia as condições do bairro e acompanha a previsão do tempo diante do risco associado ao solo encharcado.

Enquanto a água no bairro não baixa completamente, moradores tentam limpar as casas e contabilizar os prejuízos. A normalização depende do escoamento nos trechos ainda cobertos e das condições meteorológicas nos próximos dias na cidade.



Câmara de São Bernardo aprova projetos de lei em 31ª sessão

São Bernardo aprova projeto sobre débitos fiscais mobiliários

A Câmara de São Bernardo do Campo aprovou, por Acordo de Lideranças, nove proposições na sessão desta quarta (16). Entre elas está o PL 147/2026, do Executivo, que cria o programa Tudo em Dia Empresas, voltado ao pagamento de débitos fiscais mobiliários do ano de 2026. Também foram aprovados projetos de resolução sobre sessões solenes e homenagem aos profissionais presentes no programa “Médicos nas Ruas”, além de decretos para concessão dos títulos de Cidadão Emérito a Manuel Filho e de Cidadão São-Bernardense. O Legislativo ainda aprovou moções sobre o Dia do Motoboy, ataques contra pessoas autistas e apoio à greve dos empregados da Caixa, além de indicação para estudos de parceria com a Universidade Metodista. As propostas incluem homenagens e manifestações sobre temas sociais e trabalhistas. em plenário.

Câmara aprova cinco projetos em Guarulhos

A Câmara de Guarulhos aprovou cinco projetos na sessão desta quarta (16). Quatro estavam em segundo turno e seguem para sanção do Executivo. Entre eles, o PL 183/2026 altera o plano de carreira dos agentes de transporte e trânsito, retirando a avaliação de desempenho para promoção. Já o PL 184/2026 fixa piso de R\$ 1.621 para quatro cargos públicos. Foram aprovadas mudanças no Regimento sobre convocação de suplentes e a denominação de uma praça. Nove requerimentos foram aprovados na sessão.

BRUNO NETTO/ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS



Sessão Ordinária na Câmara de Guarulhos

Vereadora cobram transparência em Mogi do DDM

A Câmara de Mogi das Cruzes aprovou o Requerimento nº 124/2026, da vereadora Inês Paz (PSOL), que pede esclarecimentos ao Governo de São Paulo sobre a ausência de divulgação oficial e a estrutura do funcionamento 24 horas da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). O regime ininterrupto começou em 27 de agosto e era reivindicado por movimentos feministas, COMMULHER e sociedade civil. O documento questiona a estrutura de pessoal, o número de profissionais por turno e a formação das equipes em Mogi das Cruzes.

Audiência debate LOA de Diadema para 2027

A Prefeitura de Diadema realiza nesta sexta (18), uma audiência pública na Câmara Municipal para apresentar e discutir a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027. Aberto aos moradores, o encontro permitirá sugestões sobre metas e prioridades do orçamento. As secretarias de Planejamento e de Finanças apresentarão a proposta. Após a audiência, o projeto será encaminhado à Câmara para análise e votação municipal.

Osasco

A Prefeitura de Osasco deu posse a 104 novos servidores aprovados em concurso público e processo seletivo. Os profissionais atuarão em diferentes áreas, principalmente nas secretarias de Educação e Saúde. A cerimônia também contou com assinatura dos termos de posse, entrega das carteiras funcionais e integração pela Escola do Servidor.

Barueri

Barueri avançou no ranking fiscal da Austin Rating, divulgado pela Veja Negócios. O município passou da 10ª para a 4ª posição entre cidades do Sudeste. A nota em execução fiscal e autonomia financeira subiu de 9,20 para 9,85. A cidade liderou os indicadores de desenvolvimento econômico e emprego e de inovação e governo digital.

Ferraz de Vasconcelos

A Lei Municipal publicada em Ferraz de Vasconcelos, estabelece prazo de 90 dias para agências prestadoras de serviços se adequarem ao tempo máximo de espera presencial. A norma determina atendimento em até 15 minutos em dias normais e 25 minutos no último dia útil antes ou após feriados. A medida atinge principalmente Sabesp e EDP.

Arujá

A Câmara de Arujá aprovou, em primeira e segunda votação, a criação do Conselho dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Por autoria do Executivo, a proposta segue para sanção. Será permanente e paritário, com representantes do Poder Público e da sociedade civil para acompanhar e fiscalizar políticas públicas e combater a discriminação.

Carapicuíba

O vereador Professor Ladenilson (MDB) solicitou a contratação de mais psiquiatras e terapeutas para o CAPS IJ de Carapicuíba. Segundo o parlamentar, os profissionais são necessários para o acompanhamento de casos graves, ajuste de medicações, reabilitação psicossocial e reinserção social. A medida evita interrupções nos tratamentos.

Mauá

A Prefeitura de Mauá iniciou nesta quinta (17) fase de entrega de UBSs revitalizadas. A primeira será a UBS Paranaíba que recebeu melhorias em acessibilidade, segurança, conforto e trabalho. Outras três unidades serão entregues em setembro: Flórida, Oratório e Zaíra. O plano prevê novas revitalizações e ampliações da rede de saúde municipal.



Propostas tratam de apostas e atendimento na saúde em São Caetano

São Caetano analisa bloqueio de bets em espaços públicos

Indicação também sugere fluxo prioritário para pacientes oncológicos

Da **Redação**

A Câmara de São Caetano do Sul recebeu duas indicações sobre serviços municipais. Uma delas propõe restringir o acesso a plataformas de apostas on-line nos mecanismos de filtragem da internet da Prefeitura. A outra sugere um fluxo de atendimento prioritário para pacientes oncológicos em situações de intercorrência durante o tratamento.

De autoria do vereador Caio Salgado (PL), a indicação à Secretaria Municipal de Gestão e Governo Digital (Seged) solicita estudos, por meio do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), para incluir as plataformas de apostas de quota fixa, as chamadas bets, entre os conteúdos sujeitos a bloqueio nos sistemas de filtragem de internet utilizados pelo município.

O parlamentar sugere avaliar a aplicação da restrição ao Wi-Fi oferecido em praças, parques e demais espaços públicos. A medida dependeria de viabilidade técnica; o acesso para atividades administrativas, técnicas e pedagógicas seria preservado.

Caio Salgado cita possíveis impactos financeiros, familiares, profissionais e emocio-

nais associados ao uso problemático das apostas.

A segunda proposta, apresentada pelo vereador Daniel Córdoba (PSD), recomenda estudos técnicos para criar um espaço e fluxo de atendimento fast-track para pacientes oncológicos. A ideia é priorizar intercorrências no Hospital Municipal de Emergências Albert Sabin e em outras unidades da rede, conforme avaliação técnica.

O fluxo seria destinado a situações que exigem avaliação clínica, como febre após quimioterapia, alterações no estado geral e efeitos adversos. A proposta prevê critérios para triagem, avaliação e encaminhamento conforme a gravidade.

Em casos graves, o paciente deverá ser encaminhado imediatamente ao serviço correspondente. Córdoba afirma que o fluxo pode agilizar a avaliação e fortalecer a integração entre os serviços de acompanhamento.

As duas indicações dependem de estudos e avaliações técnicas antes de eventual implementação. Enquanto a proposta sobre apostas trata da infraestrutura digital pública, a medida para pacientes oncológicos busca organizar o atendimento de intercorrências relacionadas ao tratamento.

Brasil atinge 2 milhões de trabalhadores por aplicativos

Pesquisa IBGE foi realizada em cooperação com Unicamp e MPT

Da Redação

O mercado de trabalho brasileiro registrou cerca de 2 milhões de pessoas atuando por meio de aplicativos no decorrer de 2025, contingente que corresponde a 1,9% do total de ocupados no País. O dado integra o módulo temático da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), viabilizada a partir de um convênio de cooperação técnica e científica firmado entre o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Unicamp e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento traça um panorama detalhado da força laboral inserida nas plataformas digitais e evidencia a precarização do trabalho nessa modalidade, com condições desfavoráveis de renda, jornadas excessivas e desproteção jurídica.

Ao se considerar exclusivamente aqueles que têm nas ferramentas digitais a sua ocupação principal, o volume che-

ga a 1,8 milhão de trabalhadores, registrando uma expansão de 9,1% em apenas um ano e um salto de 36,8% na comparação com o ano de 2022. O segmento de entregadores por aplicativo apresentou o crescimento mais acelerado entre as ocupações pesquisadas, com elevação de 18,6% entre 2024 e 2025. O setor de transporte, armazenagem e correio concentra a maior fatia dessa mão de obra: 75% dos profissionais da área operam por meio de plataformas digitais, o que significa que três em cada quatro trabalhadores dessas atividades dependem de aplicativos para gerar renda.

O perfil predominante é composto pela atuação informal e ampla maioria masculina, representando 84,4% do grupo cuja atividade principal decorre de plataformas.

A pesquisa aponta distorções expressivas nas condições laborais quando confrontadas com o universo dos trabalhadores não vinculados a plata-



O mercado de trabalho brasileiro registrou cerca de 2 milhões de pessoas atuando por meio de aplicativos no decorrer de 2025

formas no setor privado. Os profissionais de aplicativos cumprem, em média, 5,4 horas a mais de jornada semanal para auferir renda equivalente no final do mês. Essa disparidade se reflete no rendimento médio por hora trabalhada, que ficou em R\$ 16,20 para os trabalhadores platformizados, valor 12% inferior aos R\$ 18,40 por hora auferidos pelos trabalhadores formais.

O fosso da vulnerabilidade se torna ainda mais crítico nos indicadores de segurança social. Enquanto a informalidade atinge 42,7% dos trabalhadores não platformizados, o índice escala para 72,1% entre os que atuam via plataformas digitais, afastando-os de prerrogativas legais como descan-

so semanal remunerado, férias, 13º salário, dentre outras. Além disso, somente 34% dos profissionais de aplicativos contam com cobertura previdenciária, índice distante dos 63% observados no restante da iniciativa privada.

Tal cenário exclui mais de dois terços desse contingente de benefícios essenciais, como auxílio por incapacidade temporária, pensão por morte e aposentadoria.

A procuradora Clarissa Ribeiro Schinestsck, responsável pela cooperação, ressaltou a gravidade do cenário e a importância do diagnóstico empírico para as ações institucionais. “A transformação digital e o uso de novas ferramentas tecnológicas não podem sig-

nificar a desconstrução dos direitos sociais nem a normalização de jornadas exaustivas sob o manto de uma falsa autonomia.

O que o estudo comprova, de modo irrefutável, é a sobrecarga e o desamparo previdenciário enfrentados diariamente por esses trabalhadores.

O convênio mantido entre o MPT, a Unicamp e o IBGE é fundamental para fornecer elementos fáticos e sólidos à sociedade e aos órgãos públicos, orientando a atuação institucional e a indispensável regulação que respeite a dignidade do trabalhador.”

As informações são do Portal Unicamp unicamp.br

Campinas compartilha estratégia de gestão de risco

Da Redação

A Defesa Civil de Campinas participou, de forma on-line, nesta quinta-feira (17), do segundo encontro da formação Ação Climática – Apoio ao Fortalecimento de Competências para Gestão de Riscos de Desastres, Adaptação e Resiliência Climática em Municípios Brasileiros. O curso é promovido pela FGV EASP, por meio do Centro de Estudos em Sustentabilidade, com parceria de institutos e prefeituras.

Representando Campinas, o coordenador regional e diretor da Defesa Civil, Sidnei Furtado, compartilhou a experiência do município na estruturação da gestão de riscos, prevenção e resposta a desastres.

Entre os temas abordados

estiveram o fortalecimento da Defesa Civil, a qualificação e ampliação do efetivo, a integração das equipes e a atuação conjunta na Região Metropolitana de Campinas (RMC). Também foram destacados a Plataforma para Redução de Risco de Desastre, o uso de recursos do Fundocamp e ações de aparelhamento das Defesas Cíveis municipais.

O encontro também tratou de experiências diante de eventos extremos e emergências, incluindo o tornado registrado em Campinas e a atuação durante a pandemia de Covid-19, além de iniciativas de monitoramento multirrisco e preparação para emergências em saúde pública.

No âmbito regional, foram apresentados o Projeto de Monitoramento Multirrisco para o Enfrentamento aos Extre-



Encontro tratou de experiências diante de eventos extremos e emergências

mos Climáticos da RMC e a proposta de criação de uma Base de Apoio da Defesa Civil Metropolitana.

Furtado também falou sobre a participação de Campinas na iniciativa Construindo

Cidades Resilientes, ferramentas de avaliação de capacidades, como os Scorecards e o Índice de Prontidão para Ação Antecipatória, além do Mapa de Conectividade para os Desastres e iniciativas de

integração com o setor privado, como o Selo Empresa Resiliente e a ARISE.

Entre as ações estratégicas está ainda a implantação do Centro de Resiliência a Desastres, voltado ao fortalecimento das capacidades municipais de prevenção, preparação, monitoramento e resposta.

DEFESA CIVIL

O Departamento de Defesa Civil de Campinas, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, é o órgão central do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, responsável por promover a normatização, supervisão técnica e específica sobre as ações desenvolvidas pelos órgãos do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil. Entre em contato pelo telefone 199 para registrar ocorrências.

Ceaflor, em Holambra, investe R\$ 62 mi em sua nova expansão

Com os mais de 116 mil m² de área incorporados, complexo avança para nova fase

Da Redação

O complexo Ceaflor, em Holambra, mercado de flores, plantas, insumos e acessórios, que completa sete anos neste mês de setembro, avança para uma nova expansão ao incorporar mais 116 mil m² de área. A nova fase reforça a sua posição de referência nacional neste segmento. Esta terceira expansão prevê novos espaços para negócios, estacionamento e eventos.

Localizado no Circuito das Flores, o Ceaflor vive uma etapa consolidada de crescimento, consolidando uma trajetória que começou em 2019, quando abriu as portas com a proposta de reunir, em um único local, produtores, comerciantes, distribuidores e compradores de toda a cadeia de flores, plantas, acessórios e insumos para floricultura, decoração, jardinagem e paisagismo.

Passados 7 anos, o empreendimento inicia o seu terceiro projeto de expansão, com investimento estimado em R\$ 62 milhões, e a aquisição de uma área de 116.092 m², localizada ao lado do atual complexo, o qual será dotado de estruturas comerciais, estacionamento e uma área especialmente destinada à realização de eventos, ampliando a vocação do Ceaflor enquanto ponto de encontro, negócios e relacionamento



DIVULGAÇÃO/CEAFLOR

Obras de expansão estão em andamento na Ceaflor, em Holambra: etapa consolidada de crescimento no setor

para o setor.

Finalizada a expansão, o complexo terá praticamente o dobro da área de quando foi inaugurado, passando dos 44 mil m² originais para 86 mil m² de área construída. A estrutura de comercialização, hoje com 946 boxes, passará a 1.100 boxes, com o apoio de 400 vagas para caminhões em docas e outras 300 vagas sem docas.

Isso sem mencionar as mais de 3.500 vagas de estacionamento para utilitários e veículos leves. Isso representa um aporte relevante na capacidade de atendimento aos produtores, comerciantes e

compradores que chegam de diferentes regiões do país.

Todos os 154 novos boxes já foram negociados internamente, evidenciando que a expansão responde a uma demanda concreta das empresas que já atuam no Ceaflor e desejam ampliar os seus negócios dentro do mercado.

A dimensão do empreendimento pode ser medida também pela movimentação diária em suas instalações. Nas segundas e quartas-feiras, dias dedicados ao comércio atacadista, cerca de 750 caminhões circulam pelo complexo. Entre 2024 e 2025, o fluxo total de veículos, incluindo

caminhões, utilitários e automóveis, cresceu 12%.

Atualmente, o empreendimento reúne 441 empresas, sendo 234 produtores e 207 comerciantes. Seu público alvo é formado principalmente por atacadistas que distribuem flores e plantas para diversos estados brasileiros, além de floriculturas, garden centers, supermercados, paisagistas e decoradores.

As obras estão em andamento e a ocupação dos novos espaços está prevista para 2028. Com a conclusão, o Ceaflor consolida-se com uma das principais vitrines da cadeia brasileira de flores e plantas.

Após chuvas, Americana retoma as obras da 1ª etapa da reforma do Viaduto Centenário

Da Redação

As obras do 'Programa Asfalto Novo' no Viaduto Ministro Ralph Biasi (Viaduto Centenário) foram retomadas na noite da quarta-feira (16), após o período de chuvas fortes que inviabilizou a execução do serviço. A recuperação asfáltica e a reforma estrutural do viaduto são realizadas em etapas, e as intervenções acontecem no período das 20h às 5h, adotado para reduzir os impactos no trânsito.

A primeira etapa, iniciada em 2 de setembro, engloba a demolição da base do pavimento, fresagem e a aplicação de Concreto Betuminoso



MATHEUS DIAS/PMA

Trabalhos asfálticos da alça continuam no sentido Avenida Bandeirantes

Usinado a Quente. O investimento é de R\$ 2 milhões em recursos próprios.

O serviço já foi executado no trecho que liga a Av. Ban-

deirantes à alça de descida no sentido da Avenida São Jerônimo e também no sentido bairro-Centro. Os trabalhos de recuperação asfáltica da

alça continuam no sentido Av. Bandeirantes.

As obras na estrutura vão incluir reparos, recuperação de berços de concreto e juntas de dilatação, desobstrução e manutenção dos canos de águas pluviais, tratamento do concreto e aplicação de pintura antipichação.

Os serviços terão duração prevista de seis meses e serão executados com recursos provenientes das taxas do Polo Gerador de Tráfego e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, totalizando R\$ 2,5 milhões.

O investimento no Programa é de R\$ 71 mi em recursos próprios da Prefeitura.

Macacos Belo e Michele voltam ao recinto do Parque Ecológico

Da Redação

O retorno dos macacos-aranhas-de-testa-branca, Belo e Michele, ao recinto onde vivem juntos, após três meses de cuidados e acompanhamento médico-veterinário, ocorreu nesta quarta-feira (16) no Ecológico Municipal "Engenheiro Cid Almeida Franco" – Zoo Americana. O casal permaneceu em uma área reservada durante o período de monitoramento, tratamento e recuperação de Belo.

O primata macho, um dos animais mais longevos do Parque, com cerca de 40 anos de idade, apresentou uma alteração comportamental e foi transferido para o setor reservado no dia 22 de junho.

Durante o acompanhamento, foram realizados exames laboratoriais e de imagem que identificaram um processo infeccioso pulmonar, posteriormente tratado pela equipe veterinária.

O animal também passou por novos procedimentos no dia 31 de julho, incluindo radiografia de tórax, ultrassonografia abdominal, pesagem e coleta de sangue para exames de hemograma e bioquímicos, realizados em parceria com o Hospital Veterinário da Faculdade de Americana (FAM).

Michele também passou por avaliação clínica preventiva no período, com coleta de sangue, radiografia torácica e ultrassonografia abdominal. A presença da companheira foi considerada importante durante o acompanhamento de Belo, pelo vínculo existente entre eles.



GUSTAVO GOMERO

Macacos Belo e Michele retornam ao recinto no parque

VINICIUS LUMMERTZ

Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.

Brasil, país majoritariamente não livre

O Índice de Liberdade Econômica de 2026, da Heritage Foundation, coloca o Brasil na 134ª posição entre 184 economias. Nas Américas, estamos em 28º lugar entre 32 países. A nota é 52,4 em cem. A classificação é direta: “majoritariamente não livre”.

O contraste é desconcertante. O Brasil é a décima maior economia do mundo pelo PIB nominal. É a oitava pela paridade do poder de compra. Em 2025, recebeu US\$ 77 bilhões em investimento estrangeiro direto. Foi o quinto principal destino mundial desses recursos, segundo a UNCTAD. Conta com o quinto maior superávit comercial do planeta.

Tudo isso com pouca liberdade econômica. Imagine o que o Brasil poderia ser com menos barreiras.

Não se trata de sonhar com outro país. A maior parte de nossas limitações é made in Brazil. Burocracia, insegurança jurídica, impostos elevados, crédito caro e desequilíbrio fiscal não são acidentes geográficos. São escolhas institucionais. Formam aquilo que chamamos de custo Brasil e que já faz parte da paisagem.

A falta de liberdade aparece nos custos

de transação. São os recursos gastos para interpretar normas, obter licenças, cumprir exigências, proteger contratos e resolver conflitos. Tornam-se destrutivos quando as regras se sobrepõem e a imprevisibilidade comanda as decisões.

Nesse ambiente, empresas e cidadãos gastam apenas para conseguir trabalhar. Esses recursos não compram máquinas. Não criam tecnologia. Não melhoram produtos. Consomem tempo, capital e energia para vencer obstáculos.

É uma espécie de “PIB ruim”. A expressão é uma metáfora, mas descreve um problema real. Litígios, despesas defensivas e estruturas de conformidade movimentam dinheiro. Entram na atividade econômica. Mas não ampliam necessariamente a capacidade produtiva. O resultado é menor produtividade, preços mais altos, menos investimento e salários menores.

O brasileiro conhece essa conta. Paga impostos elevados e recebe serviços públicos insuficientes. Depois paga novamente por saúde, educação e segurança. O empreendedor mantém equipes não para inovar e vender,

mas para interpretar regras. O trabalhador encontra menos empresas, oportunidades e crescimento da renda. Tudo isso é PIB ruim! Entra na conta, mas empobrece a nação.

O problema também é macroeconômico. Segundo o IBGE, a taxa de investimento foi de 16,1% do PIB no segundo trimestre de 2026. Um ano antes, era de 16,6%. Quando a capacidade produtiva cresce pouco e a demanda acelera, a oferta não acompanha. Surgem gargalos. A inflação pressiona. Os juros sobem. O crescimento perde força. Da série “vale a pena ver de novo”?

Um ambiente previsível muda essa dinâmica. Contratos seguros e regras compreensíveis reduzem riscos. Liberam recursos para infraestrutura, máquinas, tecnologia e inovação. A oferta cresce. A economia pode avançar por mais tempo.

O Brasil fez reformas importantes em diferentes governos. Conquistou a estabilidade monetária. Modernizou relações de trabalho. Reformou a Previdência. Aprovou a autonomia do Banco Central e novos marcos regulatórios. Avançou por etapas, mas não concluiu a travessia.

O Simples e o MEI abriram portas para a formalização. Mas continuam sendo regimes especiais dentro de um sistema hostil às empresas que crescem. Criamos saídas laterais sem reformar o edifício.

A reforma tributária do consumo poderá

reduzir a cumulatividade e organizar a cobrança por meio da CBS e do IBS. Também poderá atenuar aspectos da regressividade. Mas o resultado dependerá das alíquotas, das exceções, da transição e da redução das obrigações acessórias. Simplificar é necessário. Reduzir o custo de produzir é indispensável.

Falta ao Brasil um programa abrangente e duradouro para reduzir custos de transação e elevar a produtividade. Isso não significa eliminar regulação. Significa ter regras proporcionais, estáveis e avaliadas pelos resultados. O debate público precisa lidar com indicadores concretos: abertura de empresas, duração de processos, custo tributário, investimento e produtividade.

Existe, ainda, uma dimensão ética. Privilégios transferem custos para a sociedade. Omissões administrativas perpetuam barreiras. Seus efeitos aparecem nas empresas que não nascem, nos empregos que não são criados e nos projetos que não se realizam. Escolhas institucionais têm consequências humanas.

Se o Brasil já está entre as maiores economias do mundo e entre os principais destinos do investimento direto com tantas amarras, até onde poderia chegar sem elas? Não é um sonho abstrato. É uma hipótese mensurável. O potencial existe. A questão é quanto dele continuaremos desperdiçando e quanto conseguiremos transformar em investimento, produtividade e renda.

LEONARDO CHUCRUTE

Gestor em Educação, mentor de empresários, palestrante, CEO do Zerohum e autor de livros didáticos

Negócios sem presença digital perdem relevância e oportunidades

As redes sociais e a presença digital passaram a ocupar papel estratégico no crescimento das empresas. Negócios que não estão presentes na internet ou mantêm canais digitais abandonados ou com poucas publicações reduzem a visibilidade, perdem relevância e deixam de aproveitar oportunidades de expansão.

Muitos empresários ainda associam crescimento exclusivamente às vendas, expansão comercial ou aumento de faturamento. No entanto, negócios sustentáveis não crescem apenas a partir

de números. Crescimento consistente é consequência de construção diária, experiência de marca e capacidade de gerar conexão com o público.

A presença digital deixou de ser opcional. Redes sociais, canais online e plataformas digitais passaram a funcionar como extensão direta da experiência oferecida ao cliente. Hoje, a percepção sobre uma marca não é construída apenas dentro do ponto de venda ou no atendimento presencial, mas também nas interações digitais.

Comentários, avaliações, compartilhamentos

e conteúdos publicados influenciam diretamente a reputação das empresas. O tradicional boca-a-boca migrou para o ambiente digital e ganhou escala.

Essa transformação mudou a lógica de crescimento. Empresas que mantêm canais digitais abandonados, ou sequer estão presentes nas redes sociais, deixam de ocupar espaços relevantes de relacionamento, perdem visibilidade e reduzem suas chances de aquisição de novos clientes.

Além da exposição, o ambiente digital fortalece a lembrança de marca e mantém negócios acessíveis ao público. A construção de autoridade passa por comunicação consistente, clareza na proposta de valor e relacionamento contínuo.

Mais do que publicar com frequência, a presença digital exige estratégia, posicionamento e coerência entre discurso e expe-

riência entregue. Quando atendimento, comunicação e reputação caminham juntos, aumentam as chances de fidelização, retorno e indicação.

No cenário atual, investir em marketing digital, produção de conteúdo e fortalecimento de canais online tornou-se parte natural da estratégia empresarial. Não se trata apenas de acompanhar tendências, mas de garantir competitividade e relevância em um mercado onde atenção e confiança são ativos decisivos.

Crescimento sustentável não acontece por acaso. Ele é consequência de experiência, adaptação ao comportamento do consumidor e capacidade de construir relacionamento dentro e fora do ambiente digital. Empresas que entendem essa dinâmica fortalecem sua autoridade e ampliam oportunidades de crescimento no longo prazo.

JOSÉ OSORIO

Economista com MBA em Finanças, Administração, Venture Capital, Private Equity e Inovação.

A resiliência e o foco de fundadores e executivos de empresas

Atualmente, muito se fala em resiliência. Mas o que é a resiliência para cada um de nós no mundo dos negócios?

No sentido prático e de dicionário, atualmente, do Claude, a resiliência é a capacidade de uma pessoa, grupo, sistema ou empresa de se recuperar e se adaptar diante de dificuldades, adversidades, crises ou mudanças — sem se desestruturar ou colapsar.

A força da mente tem o poder de manter os seres humanos em geral, os executivos e as empresas de pé, lutando constantemente por suas integridades. São histórias (bem) contadas por anos a fio, que se deparam, diariamente, com novos desafios, novas conjunturas, novas tecnologias e novas culturas que vêm transformando nossa sociedade. Todo esse contexto ambientado, atualmente, pela velocidade absurda das

transformações de cenários local e global.

A cada dia, um Everest a ser transposto, com “cara de paisagem”, e a capacidade de contaminar positivamente toda uma comunidade em seu entorno.

Nosso país, malfeitos à parte, e a inversão de valores, também, deixa pouca esperança ao empresário que procura tratar seu negócio da forma correta, a partir de valores obstinadamente alinhados com a moral, nunca esquecendo que “até a máfia tem ética”...

O Brasil, definitivamente, é o país do “Gerson”! E do Beira-Mar, claro! Não me parece ter solução.

Vale mais aquele que arrecadou volumes maiores, a despeito dos meios como os conquistou. Valem muito menos, mas muito menos mesmo, os que seguem em busca de seus objetivos e sonhos, porém perse-

guindo os caminhos sem tomar atalhos.

Nossa sociedade gosta do vencedor-mau-caráter. Acha-o bacana, genial, e quase o transforma em ídolo quando sai ileso das intimações, dos inquéritos e, muitas vezes, de Bangu. Parece inspirador, o “super-herói” brasileiro que atravessa diversos mandatos presidenciais mantendo exatamente o modus operandi que alicia políticos, ministros e andares mais altos de Brasília.

Contextualizado o significado de Resiliência na República Tupiniquim, tendo o ambiente e os valores de nossa sociedade como pano de fundo, retorno ao aspecto positivo e à força que ela possui, mantendo de pé aqueles que são, de fato, competentes e vencedores-raiz!

Vence quem levanta todos os dias com a disposição de focar em seus objetivos imediatos e prioritários, a partir de otimismo que contagie, de seu talento em pensar de forma positiva, de sua capacidade de virar o jogo e de sua autoconfiança, “sem olhar para o lado”. Trata-se de um desafio e de

um exercício diário para a sobrevivência.

Procurar ser eclético, criativo, obstinado (sempre), paciente e atento, não deixando a técnica de lado, talvez seja a fórmula que mais se assemelhe ao que podemos chamar de Resiliência.

Lembrando sempre que a formação acadêmica e a expressão que melhor resume o constante investimento no aprimoramento profissional ao longo da vida — Lifelong Learning — são a base de qualquer que seja a vontade de resistir com sabedoria.

Quem viveu e teve experiências ricas no mundo empresarial/corporativo de nosso país — da indústria, do varejo como um todo, em banking, consulting, imobiliário, em prestação de serviços em geral etc. — sabe perfeitamente bem que resistir à “montanha-russa” ou ao “trem-fantasma” de nosso dia a dia não é trivial.

E a Resiliência precisa acordar todos os dias bem cedo e estar disposta a resistir e a sobreviver com muita habilidade a mais um dia no parque!

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF



Dino tentou colocar a crise no congelador. Conseguiu?

O tio do Homem-Aranha não é ministro do STF

A ministra Cármen Lúcia talvez tivesse o biotipo para fazer a versão clássica da Tia May, que cria o Homem-Aranha. Mas mesmo ela a essa altura talvez não compreendesse bem o ensinamento do tio do personagem das histórias em quadrinhos e dos filmes de super-heróis: “Com grandes poderes vêm grandes responsabilidades”. A crise por que passa o Supremo Tribunal Federal (STF) decorre do fato de os ministros não terem sido capazes de entender as responsabilidades que vinham com os grandes poderes que obtiveram. Da Corte atualmente com dez ministros, quatro estão mencionados de alguma forma nos documentos decorrentes das investigações do caso Master. Talvez deversem se considerar impedidos de julgar a si mesmos. Mas aí talvez não houvesse o quórum mínimo para o julgamento. Segundo o Regimento Interno, o quórum mínimo são seis ministros.

Questionam mesmo Cármen Lúcia

Por que dissemos acima que talvez nem Cármen Lúcia tenha compreendido totalmente o ensinamento do tio do Homem-Aranha? Porque, para alguns, e talvez mesmo para ela mesma quando, ao pedir desculpas, disse que deveria ter atuado de maneira mais firme para evitar a escalada da crise, há quem avalie que ela, de certa forma tirou o corpo fora. Até agora, o saldo no STF foi uma sessão de baixarias para não chegar a lugar nenhum, após o pedido de vista feito por Flávio Dino.

ANTONIO AUGUSTO/STF



Nas redes sociais, sobrou para Mendonça e Moraes

Dino conseguiu congelar a crise?

Ao pedir vista, Flávio Dino claramente teve o propósito de congelar a crise. O passo seguinte, o adiamento da segunda sessão de UFC que estava marcada para o octógono do STF na próxima quarta-feira, era já de previsível. Se ele pediu vista quando se julgava a questão de ordem de Gilmar Mendes quanto a fazer ou não um julgamento conjunto dos casos de Alexandre de Moraes e André Mendonça, era óbvio que, ao final, a sessão sobre Mendonça fosse também adiada. O pedido de vista pode se estender por 90 dias.

Eleição definida por “um beijo de pulga”

Dino, assim, evitou nova sessão de pugilato na categoria peso toga antes das eleições presidenciais. Dino, porém, conseguiu com isso congelar a crise? O analista político e advogado que atua nas Cortes superiores, Melillo Dinis, a quem o Correio Político tem se socorrido para entender essa crise, crê que qualquer movimento agora é importante numa eleição que, segundo ele, será definida por “um beijo de pulga”.

Atenção

Na edição de quinta-feira (17), mostramos aqui, a partir de pesquisa Indexa, que o caso Master não estava no foco da atenção da maioria do eleitor. Somente 22% diziam estar acompanhando a crise no STF com atenção. “Mas é um percentual mais do que suficiente para definir para que lado vai a eleição deste ano”, observa Melillo.

Definidor

“Se em 2022 tivemos uma eleição definida por menos de 2%, agora talvez tenhamos uma definida por 0,5%”, conclui o analista e advogado. Nesse ponto, torna-se importante, então, observar um outro indicador: o comportamento das redes sociais em torno da crise. Para isso, o Correio Político obteve um relatório feito pelo DSC Lab.

4,7 bilhões

De acordo com o Relatório Brasil, do DSC Lab, na terça-feira, dia da sessão do STF, as menções ao caso Master/STF cresceram 526% nas redes sociais. Foram 4,7 bilhões de visualizações relacionadas ao tema. Que impactam não somente a reputação dos ministros do Supremo diretamente envolvidos, mas as eleições deste ano.

Oscilações

O relatório mostra que aconteceram oscilações quanto à percepção dos principais envolvidos no rolo. Sem surpresa, Alexandre de Moraes foi o que teve maior exposição. E maior exposição adversa também. André Mendonça veio em segundo. Mas, alvo da maior parte dos ataques durante a sessão, também acabou tendo exposição adversa.

Moraes

Antes da sessão, Mendonça tinha assumido maior visibilidade nas redes. Moraes a recuperou na terça-feira. Ele apareceu em 72,8% das publicações. Acusações, cobranças ou contestações preencheram 7.124 textos, quase oito vezes mais do que no dia anterior. Assim, 58% da exposição de Moraes nas redes foram adversas.

Mendonça

André Mendonça foi o centro de 7.124 publicações, das quais 1.524 com exposição adversa. As críticas na sessão fizeram com que 19,9% das menções a ele fossem contraposições. “A contagem inclui cobranças, acusações e contestações reconhecidas no texto; uma defesa pode estar presente na mesma publicação”, explica Tiago Falqueiro.

REPRODUÇÃO/VÍDEO



Lula tem pequena vantagem sobre Flávio, dentro da margem de erro

Lula reajusta Bolsa Família às vésperas da eleição

Oposição acusa medida, que elevou valor para R\$ 691, de eleitoreira

Por **Gabriela Gallo**

Faltando duas semanas para o primeiro turno eleitoral, em 4 de outubro, o governo federal publicou um decreto nesta quinta-feira (17), assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), comunicando que, a partir de outubro, o programa social Bolsa Família terá um reajuste de 15,04%.

Com isso, o valor mínimo garantido às famílias beneficiárias aumentará de R\$ 600 para R\$ 691. Segundo o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, a correção teve como referência a inflação acumulada de 15,04% medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período. Com a medida, adversários políticos e parlamentares da oposição ao governo acusam Lula de usar o reajuste como medida eleitoreira.

No mesmo dia, o deputado federal Zé Trovão (PL-SC) acionou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o reajuste do Bolsa Família, alegando que a medida compromete “a igualdade de oportunidades entre os candidatos” e, portanto, deveria ser barrada pela Justiça Eleitoral.

O vice-presidente da Corte, ministro André Mendonça, foi sorteado para ser o relator da medida. Porém, Mendonça rejeitou a ação.

Ao Correio da Manhã, o especialista em Relações Governamentais e professor do Ibmec Brasília Eduardo Galvão avaliou que, apesar do timing da decisão “inevitavelmente abrir margem para uma leitura eleitoral”, ela poder ser justificável para uma política pública. O Bolsa Família estava sem reajuste desde 2023 e, como o aumento corresponde à inflação acumulada pelo INPC, segundo o professor, “o decreto faz uma recomposição do poder de compra”.

Ainda nesta quinta-feira foram divulgadas duas pesquisas eleitorais sobre intenção de votos para Presidência da República e ambos os levantamentos reforçam a polarização entre Lula e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Segundo AtlasIntel, em um eventual segundo turno eleitoral entre os dois principais candidatos ao Palácio do Planalto, Lula tem 47,2% das intenções de voto e Flávio 46,8%.

Já a Datafolha apontou Lula com 46% no segundo turno e Flávio com 44%.

Entidades consideram tímida queda da Selic

Taxa básica de juros reduziu de 14% para 13,75% ao ano

Da Redação

A redução de 0,25% ponto percentual na taxa básica de juros da economia, a Selic, foi considerada insuficiente pelas representações da indústria e dos trabalhadores, que consideram a decisão como “tímida” e que “não alivia a situação financeira das empresas e famílias”.

A decisão foi anunciada nesta quarta-feira (16) pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), que reduziu de 14% para 13,75% ao ano a Selic.

Após a divulgação do corte, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) disse, em nota, que há um excesso de prudência do Copom diante do comportamento de queda na inflação corrente nos últimos meses.

“Há trajetória consistente de desaceleração, alcançando 4,22% no acumulado em 12 meses até agosto, e melhora das expectativas de mercado,

indicando convergência gradual em direção à meta de 3% ao ano no horizonte relevante para a política monetária”, diz a CNI em nota.

O presidente da confederação, Ricardo Alban, considera importante o BC manter a trajetória de queda nos juros. Com a decisão de hoje, está é a quinta redução consecutiva na Selic.

“É essencial que o Banco Central dê continuidade ao ciclo de redução da Selic. Manter a taxa básica em patamar tão restritivo por período prolongado significa impor à economia um custo maior do que o necessário para assegurar a estabilidade de preços. Há espaço para avançar no ciclo de cortes sem comprometer a convergência da inflação para a meta”, afirmou.

Ainda de acordo com a CNI, mesmo após o corte, a política monetária segue austera. Com a Selic em 13,75% ao ano, o juro real está em torno de 9%, cerca de qua-



A decisão foi anunciada na quarta-feira (16) pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC)

tro pontos percentuais acima da taxa real neutra estimada pelo Banco Central, de 5% ao ano. .

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) disse que a queda é um passo importante, mas insuficiente em face do nível muito elevado dos juros no país.

“A Selic influencia diretamente o custo de empréstimos e financiamentos e, mesmo quando a redução chega ao consumidor com defasagem, abre espaço para uma trajetória de crédito mais barato”, destaca Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo e diretora executiva da CUT.

Para Neiva Ribeiro, a desaceleração dos preços e da

economia cria condições para que o Banco Central avance no corte dos juros.

“O debate precisa ir além dos indicadores do mercado financeiro. Juros menores significam condições mais favoráveis para o crédito, investimentos, geração de empregos e redução do custo financeiro que pesa sobre famílias, empresas e o orçamento público”, afirmou.

Avaliação similar é feita pela central de trabalhadores Força Sindical, que considera o corte de 0,25 ponto percentual muito tímido e um verdadeiro “balde de água fria” para a economia no quarto trimestre (outubro, novembro e dezembro).

“Perdemos uma excelente

oportunidade de promover uma redução drástica da taxa de juros, dar uma injeção de ânimo no setor produtivo e alavancar ainda mais a economia”, disse a central.

Para a Força Sindical, o Banco Central tem praticado uma política que concentra renda nas mãos de banqueiros e especuladores, “mantendo a taxa de juros em patamares proibitivos para o setor produtivo e para a geração de empregos.”

“Essa política de juros altos também diminui a capacidade de consumo das famílias, enfraquece a confiança dos empresários e desestimula os investimentos, comprometendo o crescimento econômico e a distribuição de renda”, conclui a Força

Fazenda amplia cerco a acordos entre bancos e bets

Da Redação

Bancos, fintechs e instituições de pagamento passaram a enfrentar um novo risco tributário com o endurecimento das regras contra as bets ilegais no Brasil. Uma nova portaria do Ministério da Fazenda determina procedimentos para bloquear transações relacionadas a operadores irregulares e reforça a possibilidade de responsabilização das instituições que continuarem movimentando recursos após serem formalmente notificadas.

A medida abre uma discussão que vai além do mercado de apostas: até que ponto uma instituição financeira pode ser responsabilizada pelos tributos devidos por uma empresa que utiliza seus serviços? Para o advogado Bruno Medeiros

Durão, especialista em Direito Tributário e Direito Bancário, a mudança aumenta significativamente a importância dos mecanismos de compliance e monitoramento das instituições financeiras.

“A discussão deixa de ser apenas sobre permitir ou não uma determinada transação. A partir de uma comunicação formal do poder público, a instituição financeira passa a ter uma obrigação concreta de interromper aquele fluxo. Se descumprir essa determinação, pode surgir uma discussão sobre responsabilidade tributária solidária pelos valores que deveriam ter sido recolhidos pelo operador irregular”, explica.

A Portaria SPA/MF nº 2.750/2026, publicada em setembro, prevê medidas de prevenção, identificação e re-



PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE

Nova regra coloca bancos e fintechs no centro da fiscalização

pressão às transações relacionadas à exploração irregular de apostas, além de mecanismos para bloqueio de contas e interrupção do fluxo financeiro.

Na avaliação de Bruno, o

principal desafio para os bancos será estabelecer procedimentos capazes de identificar não apenas as contas diretamente vinculadas às bets ilegais, mas também eventuais intermediários utilizados

para movimentar os recursos.

“O ponto mais sensível será demonstrar que a instituição possui mecanismos adequados de identificação, monitoramento e resposta às notificações das autoridades. Não se trata de transformar o banco em fiscal de todas as operações realizadas por seus clientes, mas de exigir uma atuação diligente diante de uma comunicação formal e específica do poder público”.

A regulamentação também prevê procedimentos para identificação de meios de recebimento utilizados por operadores irregulares e para interrupção do fluxo financeiro. A medida se soma a outras iniciativas adotadas em 2026 para bloquear recursos de bets clandestinas e responsabilizar instituições que mantenham essas operações.

ILUSTRAÇÃO/IMAGEM GERADA POR IA



Proposta é do deputado federal, Julio Cesar Ribeiro (Republicanos/DF)

Acesso 60+ prevê orientação a idosos em serviços públicos

O deputado Julio Cesar Ribeiro (Republicanos/DF) apresentou na Câmara o PL 5.344/2026, que cria o Serviço de Acolhimento e Orientação da Pessoa Idosa, chamado Acesso 60+. A proposta determina que centros integrados e unidades públicas de atendimento presencial ofereçam orientação específica a idosos. O serviço deverá identificar demandas, informar sobre procedimentos e documentos, auxiliar no uso de canais digitais e encaminhar o cidadão ao órgão responsável. Servidores e colaboradores deverão receber capacitação básica para o atendimento e inclusão digital. O texto permite utilizar estruturas e equipes já existentes, sem exigir a criação de uma unidade administrativa própria. A medida não altera o atendimento preferencial previsto no Estatuto da Pessoa Idosa. Se aprovado, o projeto deverá ser regulamentado pelo Executivo e entrará em vigor 180 dias após a publicação.

Previdência para caminhoneiros autônomos

Caminhoneiros autônomos podem contribuir para a Previdência como MEI Caminhoneiro. Nessa modalidade, o recolhimento mensal ao INSS corresponde a 12% do salário mínimo, ante 5% do MEI comum. O limite de faturamento anual é de R\$ 251,6 mil. O pagamento regular garante acesso, conforme os requisitos, à aposentadoria por idade, benefícios por incapacidade, salário-maternidade, pensão por morte e auxílio-reclusão. A formalização é gratuita pelo Portal do Empreendedor e permite acesso à cobertura previdenciária.

DIVULGAÇÃO/INSS



Formalização é gratuita pelo Portal do Empreendedor

STF diz que INSS deve definir teto do consignado

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou que cabe ao INSS definir o teto de juros do crédito consignado oferecido a aposentados e pensionistas. A decisão manteve a validade de trecho da Lei do Crédito Consignado que autoriza o instituto a estabelecer limites para as taxas. Para o STF, a medida funciona como proteção aos beneficiários, considerados consumidores vulneráveis. Atualmente, o teto é de 1,85% ao mês para empréstimos consignados. O limite pode ser revisto pelo INSS conforme as condições do mercado de crédito.

INSS prevê novos valores para benefícios

Aposentadorias e pensões do INSS poderão ter novos valores em 2027. A proposta do Orçamento prevê salário mínimo de R\$ 1.741, ante R\$ 1.621 em 2026, aumento de R\$ 120. Se confirmado, o novo piso será aplicado aos benefícios vinculados ao mínimo. Já quem recebe acima desse valor terá reajuste pelo INPC. Os valores definitivos dependerão dos índices usados no cálculo e serão conhecidos no fim do ano.

POR ANDRE SOUZA E LUIGI FREIRE (Estagiário)

Auxílio saúde INSS I

INSS oferece auxílio por incapacidade temporária a segurados impedidos de trabalhar por problemas de saúde, incluindo transtornos mentais. Em 2025, foram concedidos 166.489 benefícios por ansiedade e 126.608 por episódios depressivos. O benefício é pago durante o afastamento para tratamento, desde que sejam cumpridos requisitos legais.

Auxílio saúde INSS II

Para solicitar o auxílio, o segurado deve acessar o Meu INSS com conta Gov e apresentar atestado médico, além de exames. O documento deve informar doença ou CID, data, período de afastamento e identificação do profissional. O pedido pode já ser analisado pelo ATESTMED, mas algumas situações exigem perícia presencial no local.

INSS paga pescadores I

Entre 15 e 19 de setembro, o INSS paga o terceiro lote do seguro a pescadores referente a períodos anteriores a 2026. Mais R\$ 230 milhões serão destinados a 36.969 pescadores com direito reconhecido. O pagamento foi autorizado pela Lei nº 15.399, de 4 de maio de 2026, e pode ser acompanhado na Carteira de Trabalho Digital.

INSS paga pescadores II

Pescadores com requerimentos do seguro ainda em análise podem acompanhar a situação pelo Meu INSS. Não é necessário fazer novo pedido, pois os requerimentos continuam sendo analisados. Novos lotes serão pagos conforme as solicitações forem concluídas pela autarquia e houver o reconhecimento do direito ao benefício devido.

Golpe da Prova de vida I

Aposentados e pensionistas do INSS são alvo de golpes com falsas mensagens sobre atualização da prova de vida. O instituto informa que a comprovação é feita por cruzamento de dados e que eventuais contatos do instituto ocorrem pelos canais oficiais. Em caso de dúvida, o cidadão deve procurar o Meu INSS ou a Central 135 oficialmente.

Golpe da Prova de vida II

O INSS alerta que não envia servidores à residência para pedir senhas, dados bancários ou transferências. Orienta a não clicar em links desconhecidos. Golpes usam páginas falsas para induzir vítimas a fornecer dados pessoais e documentos, que podem ser usados em outras fraudes ou para acessar serviços financeiros em nome cidadãos.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Proposta é de autoria do deputado federal Alberto Fraga (PL-DF)

Deputados pedem votação urgente de aposentadoria especial

Três requerimentos pedem inclusão do PLP 42/2023 na pauta do Plenário

Da Redação

Três deputados federais apresentaram requerimentos para que a Câmara coloque em votação o projeto que regulamenta a aposentadoria especial de trabalhadores expostos a condições prejudiciais à saúde. Os pedidos foram protocolados entre 11 e 14 de setembro e buscam incluir o Projeto de Lei Complementar (PLP) 42/2023 na Ordem do Dia do Plenário.

Os requerimentos são de Lídice da Mata (PSB-BA), Coronel Ulysses (União-AC) e Delegado Marcelo Freitas (União-MG). Os parlamentares pedem a votação da proposta, que já está em regime de urgência e aparece na Câmara como pronta para pauta no Plenário.

De autoria do deputado Alberto Fraga (PL-DF), o PLP 42/2023 foi apresentado em março de 2023 para regulamentar dispositivo da Constituição sobre critérios diferenciados de aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social (RGPS). O foco são trabalhadores submetidos de forma permanente, e não ocasional ou intermitente, a condições prejudiciais à saúde ou à integridade física.

No texto original, a aposentadoria especial é prevista após 15, 20 ou 25 anos de trabalho nessas condições, conforme regulamentação. Entre os fatores

considerados estão exposição a agentes químicos, físicos e biológicos, explosivos, eletricidade, materiais ionizantes e radioativos, inflamáveis, ruído ou calor excessivos, além de transporte de valores e vigilância patrimonial ou pessoal, armada ou desarmada.

A proposta estabelece ainda renda mensal equivalente a 100% do salário de benefício. Para receber a aposentadoria, o segurado deverá comprovar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o período de trabalho e a exposição aos agentes nocivos ou à periculosidade. A comprovação deverá ser baseada em formulário emitido pela empresa, a partir de laudo elaborado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança. O projeto também determina que as empresas mantenham atualizado o perfil profissional do trabalhador.

O texto original permite ainda a conversão do período trabalhado em condições especiais em tempo comum. Já o aposentado que voltar a exercer atividade sujeita aos agentes nocivos ou à periculosidade terá o benefício cancelado.

A urgência do PLP foi aprovada pela Câmara em 12 de agosto. Com isso, a proposta pode ser analisada diretamente pelo Plenário.